



am  
Kull.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 5/2025

(Mandato 2025/2029)

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco, realizada no auditório do Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros.**

**Presidente** – *Maria José Vieira Teodoro Moreno*

**Primeiro Secretário** – *Edgar Manuel Rodrigues Fragoso*

**Segundo Secretário** – *Margarida Rosa Fortuna Parra Pires*

Eram catorze horas e trinta minutos quando, nos termos do n.º 1 alínea c) do art.º 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Sr. Presidente da Assembleia Municipal, verificada a existência de quórum, declarou aberta a sessão e deu conhecimento à Assembleia Municipal do pedido de substituição do Deputado Municipal João Nuno Ferreira Pires, *que foram substituído, por Jacinta Lúcia Catarino Lopes.* -----

Por impossibilidade de estar presente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Olmos, *Abel Francisco Paulos Rocha*, fez-se substituir pela Tesoureira da Junta de Freguesia, *Cláudia Maria Trinchete Peludo.* -----

Faltou à sessão com apresentação de justificação à Mesa da Assembleia Municipal, o Deputado Municipal Camilo António Morais. -----

Estiveram também presentes o Presidente da Câmara Municipal, Sérgio David Ramos Borges e os Vereadores da Câmara Municipal em regime de permanência, Clementina Augusta Marçal Gemelgo, Cristina Paula Pinto Ribeiro Pires e Leonardo do Nascimento Morais Vila Franca e os Vereadores em regime de não permanência Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues e Susana Alexandra Esteves Viana e o Sr. Armindo Caseiro Cepeda. -----



m/m  
Lup

Verificada a lista de presenças, dela constavam 60 Deputados Municipais: Maria José Vieira Teodoro Moreno, Edgar Manuel Rodrigues Fragoso, Margarida Rosa Fortuna Parra Pires, Cláudio Miguel Bento Trovisco, Elisabete Vilares Alves, David da Silva Martins, Maria da Assunção Gemelgo Correia, Lília Margarida Pereira da Silva, Luís Pedro Morais Dias, Diana Isabel Barreira Alves, Beatriz Isabel Mata Pires, Daniela Filipa Lopes Artlheiro, Sérgio Ricardo Dias Lameiras, João Manuel Rodrigues Alves, Rui Alexandre Serapicos Vilarinho, Celina da Conceição de Sá Martins, Jorge Orlando Pires Asseiro, Alfredo Carlos Preto Fernandes, Isabel Maria Faustino Carvalho, Manuel António de Sá Mico, Sandra Cristina Baptista Matos, Eurico José Gonçalves Afonso, Maria da Conceição Caseiro Xavier Fernandes, Luís Miguel Pereira Vaz, Luís Miguel Oliveira Pires Cabral, Elisabete de Jesus Martinho Fernandes Choupina, Daniela de Almeida Rebelo, Maria Cristina Branco Miranda de Carvalho Neto, Jacinta Lúcia Catarino Lopes, Victor Manuel de Almeida Nunes dos Santos, Francisco Inácio Alves Oliveira, Mickael Martins Silva, Carlos Manuel Pinheiro Martins, Andreia Isabel Morais Eugénio, José Miguel Príncipe Faria Mascarenhas, Miguel Afonso Gomes Reis, António Luís Gomes, Acácio Alberto Correia Morais, Nuno José Nunes Trindade, Betina Maria de Sá Gonçalves, Diogo André Pires Ruivo, Miguel Ângelo Caseiro, José David Veiga Vaz, Ramiro Borges Valadar, Cláudia Maria Trinchete Peludo, Ivan Luís Sequeira Ramalho, Emanuel de Jesus Pinto Nascimento, Jorge Luís Pinto, José Casimiro Vilar, António Benedito Falcão Lopes, Carla Alexandra Dias Miranda, Ulisses Jaime Sá dos Santos, Patrick Alexandre da Silva Machado, Andreia Susana Amaro Baptista, João Luís Diogo Salsas, Júlio Manuel Curopos Quintela, Carlos Alberto Maceda, Natália da Graça da Costa Carrazedo, Rufino Xavier Lopes e Maria Cristina Moura Regente. -----

-----

A **Sra. Presidente da Assembleia Municipal** informou que a correspondência recebida pela Assembleia Municipal se encontrava disponível, na mesa de apoio à sessão para consulta. -----

-----

**PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----**  
(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro) -----  
**Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----**

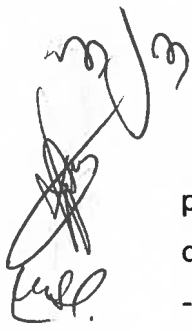


M  
M  
[Handwritten signature]

**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Fez a seguinte intervenção. “ Começo por desejar um bom mandato ao Sr. Presidente da Câmara e restante Executivo, bem como à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Assembleia Municipal, porque se todos fizermos um bom mandato será bem para o concelho, é assim que funciona a Democracia e se todos fizermos um bom trabalho durante este mandato Autárquico ficaremos todos a ganhar e estaremos todos de parabéns. Pretendo também alertar para duas situações, e uma delas é que se encontra em discussão no Governo retirar as ambulâncias do INEM e passar para o transporte de urgência, neste caso para os Bombeiros e portanto pedia especial atenção para esta situação por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal. Aproveito para alertar também para o risco que pode ser o “apagão” informativo no Distrito de Bragança, que é a distribuição da imprensa correr o risco de não chegar ao nosso concelho. Já sabemos que quando o Poder Central falha, o Poder Local tem de ter uma afirmação e esta Assembleia deve pronunciar-se sobre esta questão. Temos de ser firme e não correremos o risco de não termos jornais no nosso Concelho e também no Distrito. Questiono também o que pretendem fazer com o edifício onde funcionou o Call Center. Tenho conhecimento que o ICNF vai fazer uma formação de cerca de 40 pessoas, que vai ter a duração de 9 meses e sugiro que este edifício possa ter utilidade para este fim. Dizer ainda que foi feito há bem pouco tempo com pompa e circunstância a entrega de uma máquina de rastos e de um trator e questiono como vai ser gerida a sua utilização. Ao que julgo saber a máquina é da CIM o seu manobrador vai ser um funcionário da Câmara Municipal de Bragança ou de Macedo?”

-----

**CLÁUDIO MIGUEL BENTO TROVISCO (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ Tomo a palavra em nome da bancada do Partido Social Democrata mas, faço-o com a consciência que interpreto hoje o sentimento comum de todas as forças políticas, nesta casa, que se unem a nós num gesto de profunda solidariedade. E é com um sentimento de pesar e profunda consternação que lamentamos o falecimento pelo pai da nossa Presidente da Assembleia Municipal o Sr. Vítor Ramalho Teodoro. Neste momento de despedida queremos dirigir-lhe Sr.<sup>a</sup> Presidente, uma palavra de conforto e amizade. Sabemos que a política é feita de ideias e debates mas, é acima de tudo, feita de pessoas e afetos e a perda de um pai é uma dor que toca a todos e perante ela, esta Assembleia Municipal cerra fileiras no apoio à sua Presidente. Face ao exposto, e em articulação com as demais bancadas prestamos a nossa homenagem à família enlutada a quem enviamos os nossos mais sinceros pêsames desejando que a memória e o legado do seu pai possam ser um bálsamo neste momento de luto e



propomos que esta Assembleia Municipal guarde um minuto de silêncio em memória do Sr. Vítor Ramalho Teodoro.” -----

De seguida a **Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal Maria José Moreno** agradeceu a todos os presentes, e foi guardado um minuto de silêncio.” -----

**DANIELA DE ALMEIDA REBELO (CDS-PP)** – Fez a seguinte intervenção: “ No nosso concelho temos o cartão municipal do idoso, também conhecido como Cartão Sénior “Macedo Cuidar”, que é um cartão destinado a apoiar os munícipes residentes com 65 anos ou mais. O Programa foi criado para apoiar mais de 4 mil munícipes mas essa referência refere-se ao universo potencial de beneficiários e não ao número efetivo. Os benefícios práticos do conselho municipal do idoso centram-se sobretudo no apoio social e económico e no acesso a serviços oficiais, procurando reduzir as despesas fixas dos mais velhos. Designadamente a comparticipação até 90% da parte não partilhada pelo Serviço Nacional de Saúde. Claro está, após a devida inscrição acompanhada da devida documentação. E é aqui que se coloca a nossa questão, pois temos dúvidas sobre a eficácia da divulgação deste programa, até à data. Num concelho francamente envelhecido, num país onde os idosos têm de fazer opções económicas, subtrações até, em prol da compra da medicação, parece que este recurso está a ser francamente subutilizado. Pelo que deixamos a sugestão de que não só seja feita uma divulgação de proximidade adequada a este público-alvo, mais assertiva e mais dedicada pois não são necessariamente os maiores utilizadores das plataformas digitais nem das redes sociais, bem como seria ideal o maior apoio na agregação de toda a documentação e a respetiva formalização das inscrições. Relembro que é um apoio destinado a idosos. Este apoio poderá não incorrer em qualquer sobrecarga para o município, nomeadamente no que respeita a recursos humanos, na medida em que poderão ser utilizados os mesmos recursos humanos, repito, poderão, afetos à monitorização e acompanhamento técnico no âmbito do novo programa de teleassistência. Sublinhamos a preocupação e deixamos a sugestão.” ----

**JOÃO MANUEL ALVES (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “ Sr. Presidente da Câmara, venho aqui hoje pela primeira vez nestas novas funções interpolá-lo para lhe dizer o seguinte. Há pouco tempo atrás vi pelas redes sociais que tínhamos tido a visita do Sr. Presidente da Assembleia da República a Podence, e fiquei um pouco preocupado, também foi através das redes sociais que percebi disso, que o Presidente



gjm  
wsl.

da Junta de Podence não tinha sido convidado para estar presente. Fiquei logo um bocadinho preocupado, como vos digo, porque em tempos idos, mas não muito distantes, ainda não há muito tempo atrás, sempre que havia alguma coisa na Casa do Careto com funções, digamos, de alguma relevância, o Presidente da Junta era completamente ignorado. Na altura o Presidente da Junta era eu, e por muito revoltado que ficasse, e por vezes apetecia-me dizê-lo, não o fazia porque parecia mal, dava a ideia que queria protagonismo, mas não era o caso. O que eu acho é que as instituições devem ser respeitadas, e quer queiramos, quer não. Eu sei que muitas vezes a aldeia de Podence e o Município são representadas pelo Sr. Presidente da Associação de Caretos, e muito bem, e eu louvo isso, mas não nos podemos esquecer que o máximo representante da freguesia é a pessoa que foi eleita pelo povo que é o Presidente da Junta, espero bem que futuramente isto não volte a acontecer, não lhe vou aqui perguntar quem foi a culpa, desculpamos isso como um facto de início de mandato, mas é só para alertar que espero bem que futuramente isto não volte a acontecer.” -----

**EMANUEL DE JESUS PINTO NASCIMENTO (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “É com grande respeito e consideração que me dirijo a todos nesta ocasião solene, desejando sinceramente que o presente mandato seja marcado pela justiça, pela colaboração e pela união em prol do bem comum. Aproveito ainda para fazer votos de continuação de boas festas a todos com saúde, alegria e prosperidade. O que me traz aqui hoje são dois assuntos que tocam o Azibo da parte da Junta de Freguesia de Salselas. O primeiro tem a ver com o Ecoparque do Azibo, que tanto quanto sei, de momento já se encontra sob a posse administrativa do Município. Solicito aqui um esclarecimento sobre quais as medidas de conservação, manutenção e eventual requalificação previstas para o edificado existente, atendendo a que o mesmo se encontra de forma progressiva em estado de abandono e acentuada degradação. Relativamente também a este ponto da barragem do Azibo, informo aqui que as estruturas de iluminação existentes na barragem, situadas nestes mesmos territórios, Vale da Porca e Salselas, foram alvos de atos de vandalismo, encontrando-se atualmente inoperacionais. Neste sentido, peço a este Executivo que tenha especial atenção e que se encadeie as diligências necessárias para a reposição da iluminação, de modo a assegurar a preservação das infraestruturas existentes e a segurança dos utilizadores que frequentam aquele espaço.” -----

**SÉRGIO RICARDO DIAS LAMEIRAS (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “Quero



começar por deixar uma palavra de reconhecimento público ao Executivo Municipal pela forma exemplar como foi organizada a programação natalícia deste ano na nossa cidade. Depois de alguns anos em que estas iniciativas não tiveram a expressão que hoje voltamos a ver, é justo sublinhar o esforço, o planeamento e a dedicação colocados na dinamização do espaço público durante esta quadra festiva. O tempo era muito limitado, mas mesmo assim conseguiram organizar e fazer algo que nos deixa a todos os cidadãos e munícipes muito orgulhosos da nossa cidade. Foi possível voltar a sentir nas ruas, um ambiente de Natal mais vivo, mais cuidado e mais participado. As atividades nos Workshops temáticos e animações de rua, os mercadinhos de Natal, a pista de gelo, bem como o slide destinado às crianças, devolveram vida ao centro da nossa cidade, criaram momentos de alegria e convívio e proporcionaram experiências que marcaram positivamente famílias, visitantes e em especial as crianças. Sim, as nossas crianças. Importa também destacar a construção novamente do presépio no átrio principal da Câmara Municipal, que também deixou de ser feito nos últimos anos. Um gesto simbólico, mas de grande significado cultural e emocional, que resgata tradições, reforça a identidade local e aproxima os cidadãos da sua casa comum, que é a Câmara Municipal. Estas iniciativas demonstram que com querer e vontade, mesmo em tempo recorde, como já fiz referência anteriormente, é possível valorizar a cidade e reforçar o sentido de pertença da comunidade, sem perder de vista a responsabilidade na gestão dos recursos públicos, porque não são apenas momentos de lazer, são também em contributo relevante para o comércio local, para a promoção do concelho e para a criação de um ambiente de proximidade, partilha e orgulho coletivo. Importa também reconhecer o trabalho dos funcionários municipais e de todos os que estiveram envolvidos na concretização destas iniciativas, cujo esforço foi visível no resultado final. Gostaria de registar também aqui, publicamente, o reconhecimento pelo programa apresentado pelo Executivo Municipal para a Noite de Passagem de Ano. Uma iniciativa que vem retomar uma prática que não se realizava há vários anos, esta decisão evidencia uma preocupação clara com a dinamização do concelho, com a valorização da vida cultural e com a criação de momentos de convívio e participação para a população. Trata-se de uma aposta positiva que contribui para o reforço da identidade local e para a promoção de uma vivência comunitária mais ativa. Num tempo em que tantas vezes se aponta o que falta fazer, é igualmente importante reconhecer quando o trabalho é bem feito, e este é claramente um desses casos. Por isso, deixo aqui, em nome deste órgão e da população que representamos, um elogio claro e merecido ao Executivo Municipal, com a expectativa de que este caminho de



dinamização, valorização das tradições e aposta no espaço público tenha continuidade nos próximos anos.” -----

**NUNO JOSÉ NUNES TRINDADE (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “Quero deixar aqui um alerta, é sobre as estradas, não venho falar de pavimentos nem de arranjos, é apenas linhas, tenham em consideração e atenção o troço desde a Mitalco até Morais, porque todos os dias recebo preocupações das pessoas. Não é um alerta novo, já foi um alerta no passado, mas quero aqui reforçá-lo. Especialmente nos dias de nevoeiro, está muito perigoso e as pessoas queixam-se disso.” -----

**ISABEL MARIA FAUSTINO CARVALHO (PS)** - Fez a seguinte intervenção: “Intervenho pela primeira vez nesta Assembleia na qualidade deputada municipal, eleita democraticamente pelos cidadãos, e é nessa condição que aqui me encontro. Um deputado municipal tem como funções representar os munícipes, fiscalizar a ação do Executivo Municipal e apreciar e deliberar sobre os planos, orçamentos e demais matérias de relevante interesse público, exercendo o mandato com independência, responsabilidade e sentido democrático. Quero deixar bem claro que, apesar de integrar os quadros do município como técnica superior na secção de contabilidade, nesta Assembleia Municipal não sou funcionária do município, mas sim deputada municipal. Estou aqui para defender os interesses de todos os macedenses, trabalhando sempre com afinco, dedicação, seriedade, rigor, lealdade institucional e elevado sentido do dever público, respeitando os princípios da legalidade, da transparência e da ética na vida pública. Acresce ainda que sou membro efetivo da Ordem dos Contabilistas Certificados, encontrando-me vinculada com o Código de Ética e de Ontologia Profissional, que impõe deveres como independência, técnica e integridade, competência profissional, confidencialidade, zelo, responsabilidade e estrito cumprimento da Lei. Estes princípios reforçam igualmente os deveres de quem serve o interesse público, nomeadamente a isenção, a imparcialidade, o rigor e a defesa do bem comum. Para terminar este ponto, recuperei um parágrafo de uma intervenção do Sr. Deputado David Martins na Assembleia do dia 29 de Abril de 2024, onde referiu o seguinte *“Aqui vivemos em democracia, consoante os ciclos que vão passando, o povo escolhe quem quer ver no comando do concelho. Mas haverá liberdade?”* Na minha modesta opinião, não. E por que não? Porque liberdade é a ausência de medo, e podermos escolher o lado que queremos sem receio de represálias. Há um receio entre os funcionários do município poderem livremente exprimir a sua opinião porque são encostados, prejudicados e ostracizados em relação



aos seus pares. Posto isto, a que mais à frente terei continuidade, pergunto. Sr. Presidente, gostaria de questionar o porquê das piscinas municipais estarem a funcionar para o público em geral e para os outros, e não terem ainda aberto para as aulas de natação para as crianças em idade escolar? Vão ou não abrir para o presente ano escolar? Relativamente ao procedimento concursal para o recrutamento de 5 postos de trabalho na carreira de categoria de assistente técnico, a 13 de novembro, o Sr. Presidente faz um despacho relativo à alteração da composição do júri e do referido concurso alegando o seguinte que passo a citar. *“Considerando que foi verificado o lapso no curso da tramitação do procedimento, se entendeu proceder à alteração da composição do júri, por forma a reforçar as garantias de transparência, imparcialidade e isenção na instrução e prestação das candidaturas.”* Ora, Sr. Presidente, vai ter de nos explicar esta última frase no sentido em que a alteração da composição do júri, por forma a reforçar as garantias de transparência, imparcialidade e isenção na instrução e apreciação das candidaturas. É que fica no ar a ideia que o júri que estava antes nomeado, que eu não pertencia, não era transparente, não era imparcial e isento nas apreciações das candidaturas. Parece-me ofensivo que tais considerações tenham sido mencionadas relativamente a colaboradores do nosso município. Por ter existido um lapso da menção específica dos temas e respetivas bibliografias. Assim, pergunto-lhe, porventura, será assim a sua conduta?” -----

**JORGE LUÍS PINTO (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “Uma vez que, desde que estou aqui nesta Assembleia Municipal, nunca tive a possibilidade de partilhar a bancada, neste caso a cadeira, com alguém da minha Freguesia, queria deixar aqui, se me permitem, só um cumprimento especial ao Engenheiro Vítor Santos, que pela primeira vez tenho um freguês aqui nesta Assembleia Municipal. -----  
Sr. Presidente da Câmara quero desejar-lhe um excelente mandato, em colaboração com todas as Freguesias, que é assim que todos nós pretendemos, e queria só fazer aqui uma questão, uma vez que os meus Fregueses têm-me questionado, acerca do concelho ativo. Nós ainda não tivemos nenhum feedback. Nos anos anteriores tem começado sempre no mês de Outubro, até o momento ainda não sabemos nada. Queria só que deixasse o esclarecimento se vai começar e quando.” -----

**ALFREDO CARLOS PRETO FERNANDES (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “Esta é a minha primeira intervenção nesta Assembleia Municipal, e por isso quero começar por agradecer a confiança que em mim foi depositada e a oportunidade de representar



os macedenses, bem como saudar todos os que aqui hoje representam de forma tão digna o nosso concelho. Esta Assembleia é a casa da democracia local e é aqui que devemos garantir que a voz de quem vive, trabalha e investe em Macedo de Cavaleiros seja tida em conta nas grandes decisões. Permitam-me agora uma referência ao recente evento do Bô Natal, que já hoje aqui foi mencionado, que marcou a programação de Natal do nosso Concelho. Este evento trouxe efetivamente animação, diversas atividades, procurando dar centralidade ao coração da nossa Cidade e reforçar o comércio local. Contudo, é impossível ignorar a dimensão do investimento realizado. Segundo os dados que nos foram apresentados, rondará os 120 mil euros, um valor muito elevado para a realidade do nosso concelho, querendo sublinhar que esta despesa só foi possível porque o atual executivo encontrou uma situação financeira sólida herdada de um mandato anterior que aumenta a responsabilidade e a forma como estes recursos são utilizados. Num contexto de necessidades que se fazem sentir, este montante justifica uma avaliação cuidadosa dos resultados alcançados, sobretudo considerando a duração excessiva de cerca de um mês que diluiu o impacto deste evento. Em diversos momentos circulava pelo centro e encontrava o mercado de Natal encerrado, e esta foi uma preocupação. As barracas estavam muitas vezes fechadas. Por isso, gostaria que o Sr. Presidente da Câmara pudesse esclarecer esta Assembleia e os Macedenses sobre as situações que resultaram destas limitações definidas pelo Município e das opções dos concessionários, se houve insuficiente clarificação das regras, porque, por exemplo, no dia 26, no dia 27 e no dia 28 de dezembro, a generalidade das barracas estavam encerradas, havia mais gente na rua e, de facto, elas estavam encerradas. ----- Vou agora falar aqui de um outro tema, porque, de facto, não posso passar sem falar nisto. Quero expressar a minha profunda preocupação com o que considero um grave atentado à democracia local. O Vereador Paulo Rogão não foi autorizado a tomar posse na primeira reunião de Câmara para a qual se propôs apresentar. Este facto, por si só, constitui já uma violação do funcionamento das Instituições, do direito democraticamente adquirido pelos eleitos, mas não bastando esse atropelo, verificou-se hoje ainda uma situação mais grave. Na reunião de Câmara, o Vereador Armindo Cepeda, presente em substituição, foi impedido de exercer o seu direito de voto. Ora, impedir um eleito de votar e negar a vontade popular que o legitimou e, conseqüentemente, "minar" o princípio fundamental da governação democrática parece-me algo que não sei, vocês classificarão. A democracia não é apenas um conceito teórico, é um conjunto de práticas, direitos e garantias que devem ser defendidos todos os dias, sobretudo dentro das instituições que representam. Quando



a Lei é desrespeitada e se impede um Vereador de exercer o seu mandato, está-se a ferir o coração da Democracia. Apelo, por isso, ao respeito pela legalidade, pela transparência e pela Lei ética e democrática que deve nortear todos os que servem o interesse público. Nenhuma divergência política pode justificar o desrespeito pelas regras do regime democrático que tanto custou a construir. O que está em causa não é apenas o direito de um Vereador, é a credibilidade e a dignidade da nossa democracia local. E essa devemos todos proteger.” -----  
-----

**RAMIRO BORGES VALADAR (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “Vou começar pela situação que disse o Deputado Alfredo, já na parte final, e dizer assim para a Sra. Presidente da Assembleia, que eu acho que o Armindo está aqui ilegalmente sentado. É a minha opinião e acho que está ilegalmente aqui sentado e que não pode estar. Porque eu, por acaso, de manhã estou de férias e estive a ver a reunião e o Sr. Presidente começou a reunião a dizer que o Armindo estava em substituição do eleito Paulo Rogão. O Armindo não podia estar em substituição se o Paulo Rogão ainda nem tomou posse. Se não tomou posse, também não podia votar e fez as votações todas, mas no fim da reunião o Sr. Presidente lá recebeu uma mensagem e viu que as votações do Armindo eram nulas. Pronto, teve que retirar as votações. Eu estive a ver, o Sr. Presidente recebeu uma mensagem, que você olhou para o telemóvel e viu que não podia estar. Se o Armindo ainda não podia estar na reunião de Câmara, muito menos podia estar aqui. Temos aqui uma pessoa ilegal dentro da Assembleia e como se quer legalidade em tudo ele está aqui ilegal. Sr. Presidente, para que fique claro, e eu vou falar sempre abertamente porque se não quando falamos se calhar só os dois não batem certo conversas, eu fiz hoje um pedido de uma reunião consigo com um empresário que está disposto a fazer uma residencial em Morais e você já me respondeu a dizer que vamos ter essa reunião. Para aquelas pessoas que em Morais, na candidatura que fizeram contra mim diziam que eu não era capaz de atrair investimento para Morais, o Sr. quer reunir consigo para conseguir o tema lá. Espero bem que não se vinguem também do Sr. e que o deixem fazer a residencial. Brevemente também vou reunir consigo com outro empresário que quer construir lá algumas casas para o bem também da nossa população, fique aqui bem claro e que está a Onda Livre a ouvir para as pessoas que fizeram a lista contra mim, já estamos a trabalhar nesse sentido. E agora, por fim, na altura da Páscoa o Sr. Benjamim Rodrigues à data Presidente da Câmara, acho que falhou um evento em Vale de Prados, havia um evento qualquer em Vale de Prados, ao qual não compareceu e



mjm  
*[Handwritten signature]*

existiram mal entendidos. Quero dizer o seguinte, eu convidei o Sr. Presidente da Câmara e a Sra. Vice-Presidente a um jantar de Natal em Morais em que confirmaram a presença, confirmaram, e chegou o dia, não apareceram, nem disseram nada, havia lá várias Instituições, algumas até Nacionais, estivemos à espera deles, e é porque eu liguei ao Sr. Presidente a ver onde é que estava e ele disse que estava num evento nas Arcas.” -----

**LUÍS MIGUEL PEREIRA VAZ (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “Primeiro dar os parabéns pela eleição a todos, aos que já faziam parte, aos que é a primeira vez, ao Executivo Municipal. E começando por aí, eu sei que tinha atacado muitas vezes a bancada na altura da oposição, por só virem cá malhar, mas este Executivo está a pôr a coisa difícil para não o fazer. Eu vou só começar com um post que eu fiz no Facebook na altura da campanha, a única vez que falei diretamente do adversário, porque na maior parte dos posts, em todos os outros, falava só da nossa candidatura, e eu disse que era um, agora não tenho a certeza, mas um conjunto de pessoas simpáticas, das quais muitas eu até era amigo, mas que não tinham capacidade para gerir o município, que eu não lhes via capacidade. O que eu tinha hoje preparado, na altura, quando perdemos as eleições, e vos deixo parabéns, tinha preparado vir aqui e dizer um dia mais tarde, se me provarem o contrário, também publicamente direi que realmente estava enganado, mas ainda não é hoje que o vou fazer. Em relação à vossa assessoria, acho que está mal, vou começar, já que foi aqui falado, o caso do Paulo Rogão, está na lei 69/99, artigo 60, terceiro ponto, um miúdo de oito anos que olhe para aquilo, consegue, porque é tão explícito, que quem justificar a falta na tomada de posse, é lhe dado a posse, pelo presidente do município, na reunião seguinte. Se ele tem algumas incompatibilidades na parte do trabalho, porque o Paulo Rogão podia ter tomado posse na Assembleia Municipal, a única coisa é que podia ter consequências a nível da ULS, e então ele pediu à Ministra essa autorização, veio rejeitada, apesar da Ministra ter aceito várias autorizações pelo país fora, não quero dizer nada, mas se calhar alguém pode ter pedido para não autorizar esta. Ele não tomou posse, justificou a falta, apresenta-se na primeira reunião e a obrigação do Presidente de Câmara é dar-lhe posse, ele foi eleito democraticamente, ele tem esse direito, o presidente de câmara tem essa obrigação. “*pedimos um parecer, parecer da CCDR*”, eu como mandatário aconselhei, falei com os presidentes juntem na altura das tomadas de posse. Também pedimos um parecer à CCDR, que demorou penso que três dias, e veio-nos dar razão depois ao assunto que tínhamos, mas não veio. Pior do que não ter dado posse é vir um parecer a dizer que enquanto ele exercer funções na



ULS o melhor é não lhe dar posse. Ou seja, o Paulo Rogão, coitadinho, nem sabe, nós não lhe vamos dar posse para ele não ter problemas na ULS. Ele sabe perfeitamente que a partir do momento que eu renuncio na ULS não vai ter problema nenhum lá. Veio para tomar posse, vocês só tinham que lhe dar. Uma ilegalidade completa-se depois com outra ilegalidade quando vocês tinham obrigação para todas as reuniões de convocar o Paulo Rogão e convocam o Armindo que não tendo tomado posse o Paulo Rogão não pode ser substituído por Armindo. O resto o Miro já aqui falou mas acho que é uma coisa simples, eu não sou jurista andei como mandatário estudei estas Leis porque acho que quando temos um trabalho a fazer temos que nos preparar, se calhar já vai um bocado tarde neste caso mas vocês têm um trabalho a fazer, toca a preparar toca a falar com as assessorias desde os nomeados, os avançados, isto agora é uma coisa séria, já não é uma brincadeira de crianças ser Executivo Municipal.” -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às questões colocadas pelos Srs. Deputados Municipais: “Em relação à questão colocada pelo deputado Manuel Mico, da distribuição da imprensa e a questão do INEM estamos em contacto com a tutela e tomaremos todas as providências possíveis para que realmente chegaremos a bom porto não só na questão das ambulâncias como também da imprensa. O município de Macedo de Cavaleiros acompanha com grande preocupação esta possibilidade recente comunicada pela VASP a redistribuidora das publicações de reduzir ou mesmo suspender esta distribuição. A eventual interrupção do acesso à imprensa escrita no interior constitui um impacto sério na vida democrática e claro que nós estaremos em contacto com a tutela para que tudo o que possamos fazer ao nosso alcance para que isso não aconteça. Em relação ao call center estamos cientes da possibilidade do ICNF e agradecemos essa proposta. Para já o Executivo Municipal além da implementação da nova estrutura orgânica do Município está também a ponderar a afetação física dos edifícios pelo que a seu tempo dialogaremos o uso deste edifício. No que diz respeito à máquina de rastros apesar de ficar aparcada aqui em Macedo de Cavaleiros, como vocês sabem é uma utilização conjunta pelos nove municípios que integram a CIM de Terras de Trás-os-Montes e atuará quer na prevenção dos incêndios, em ações de limpeza no distrito de Bragança, quer em cenários de fogo quando necessário, conjuntamente com os outros municípios que beneficiarão da utilização da máquina que está no âmbito da CIM. Está no âmbito da CIM também o ser negociado o protocolo de utilização desta máquina,



este protocolo ainda não foi elaborado a utilização conjunta com a repartição de custos operacionais, quer fixos, quer variáveis por todos os municípios, diga-se já, uma vez elaborado este referido protocolo daremos conhecimento aqui à Câmara Municipal e posteriormente aqui na Assembleia Municipal. Certo é que será sempre uma mais-valia para Macedo, como para os restantes concelhos, porque será muito útil na prevenção dos incêndios estas iniciativas resultam dos apoios governamentais às comunidades intermunicipais e aos municípios no âmbito do PRR, e já agora falamos também do trator porque não foi só a máquina de rastos, foi o trator e algumas alfaias que resultaram de uma parceria com o ICNF que também recebemos aqui em Macedo de Cavaleiros e será uma mais valia na gestão das faixas de combustíveis, na limpeza de caminhos e bermas, ficando cedido a custo gratuito ao município, que ao fim de 5 anos ficará na propriedade do município estas iniciativas, como eu disse, resultam dos apoios governamentais às comunidades intermunicipais e aos municípios através do âmbito do PRR.-----

Em relação às questões colocadas pela deputada Daniela Rebelo que falou no cartão sénior, explicar que vamos analisar novamente os regulamentos e depois divulgar ainda mais esta vantagem para os seniores. Em relação à teleassistência, está prevista em orçamento a verba de 10 mil euros para a compra de material de vigilância para os nossos idosos. Temos a indicação de que pelo menos no concelho de Macedo existem 28 idosos que além de estarem numa situação de isolamento e sem retaguarda familiar não têm sequer telefone ou não sabem trabalhar com ele, o que é preocupante. Não podemos permitir que a situação assim continue e então a vaga de assaltos que aconteceu recentemente deixamos ainda mais preocupados. Por isso o Executivo, como vocês puderam já verificar no orçamento, tem obrigatoriamente de tomar medidas, uma das quais será a teleassistência para acompanhar estes idosos e temos noção que a verba é pequena, mas que será um início de um processo que se pretende alargar a todos os idosos do concelho que estejam mais isolados nesta situação. O Executivo está a trabalhar num protocolo com a GNR e com a Cruz Vermelha e o Regulamento Municipal que defina as condições de acesso da comparticipação por parte dos utentes que virá depois, obviamente, a esta Assembleia. -----

Respondendo ao deputado João Alves, em relação ao protocolo, a visita do Presidente da Assembleia da República nomeadamente Dr. Aguiar Branco, foi uma iniciativa do Parlamento em que o Município e o Executivo Municipal nada tiveram a ver com a organização. O Executivo foi contactado e convidado pelo Gabinete do Dr. Aguiar Branco, o Município não teve qualquer intervenção no protocolo do convite do



*Handwritten initials: JM and a signature.*

Presidente da Assembleia da República, portanto não se verificou qualquer desprimor em relação ao convite do Presidente da Junta, até porque eu como ex-Presidente da Junta nunca o faria se fosse organizar um evento desta envergadura. O Executivo foi simplesmente convidado e está presente na Aldeia de Podence, sendo alheio a qualquer convite que não tenha sido feito, nomeadamente ao Presidente da Junta de Freguesia, que pessoalmente muito estimamos. Se me permitem acrescentar, eu acompanhei esta visita do Dr. Aguiar Branco pelo distrito, e em nenhum concelho foi convidado um Presidente Junta. E para contrapor ainda mais falamos há pouco da máquina de rastos e das alfaias que foram distribuídas pelo Sr. Secretário de Estado esse sim, também foi da responsabilidade, do ICNF não deste Executivo, neste caso do ICNF que nos deu a indicação para convidarmos a estar presente o Presidente da Junta dos Olmos e o Presidente da Junta de Bornes, foi-nos dado a indicação, para estarem presentes, não foi da nossa responsabilidade. -----

Em relação á questão do Presidente da Junta de Salselas, em relação ao Eco Parque, já existe uma verba também em orçamento, neste orçamento para a limpeza e manutenção do Eco Parque e posso dizer que temos neste momento duas empresas que já nos contactaram com o interesse de poder usar esse Eco Parque, por isso está a andar. Em relação à iluminação que foi vandalizada, serão tomadas diligências devidas, quer a nível legal, quer a nível da E-Redes para que seja o mais breve possível reposta à iluminação. -----

Em relação á questão do Presidente da Junta de Lagoa, já tivemos essa indicação, sabemos que em dias de nevoeiro é muito complicado nesse troço da Mitalco para Morais e iremos tomar as providências para que possamos sinalizar a estrada de modo que haja maior visibilidade. -----

Em relação à questão da deputada Isabel Carvalho, por razões de transparência imparcialidade e desforço das garantias de isenção de procedimentos concursual, dado que a publicação do anúncio da Bolsa de Emprego Público não constata no aviso a bibliografia que os concorrentes podem consultar, estava na primeira ata, mas devia constatar deste aviso. Agora, eu confesso que fiquei um pouco admirado com as suas encenações sobre o medo e gostava de perguntar-lhe olhos nos olhos se já se sentiu ameaçada, pressionada por alguém deste executivo. Se assim o foi faça o favor de expor a sua situação. -----

Em relação ao Presidente da Junta de Sezulfé, o Concelho Ativo, o projeto do Concelho Ativo ainda não iniciou desde logo, por causa das eleições autárquicas. Este Concelho Ativo, e eu fiz parte quando trabalhei ainda aqui no município, como AEC



9/17  
[Handwritten signature]

iniciava no final de setembro início de outubro, certo? Como foram as eleições, atrasou o início das aulas e do exercício físico pelas freguesias. Entre o período da campanha eleitoral, a data das eleições e o período da tomada de posse, o anterior executivo não pôs as aulas em andamento e desde o dia 3 de novembro até agora, dado o período de férias de Natal e a necessidade dos professores para a componente de apoio à família, CAF, o executivo decidiu que reiniciarão as aulas a partir de janeiro, por isso dentro de em breve a normalidade será estabelecida, sendo um projeto obviamente a apoiar e a continuar. -----

Em relação às questões do deputado Alfredo Preto, interpelou e falou sobre o Bô Natal, no que toca a este evento, dizer que a iniciativa teve boa aceitação e participação do público, registando uma média de utilização da pista de gelo, slide e atelieres bastante boa. Obviamente que para a primeira edição há falhas a corrigir, mas que o balanço e o feedback da população e comerciantes no geral é positivo. Cumriu-se o propósito de criar movimento que era o mais importante e dar vida ao centro da cidade e criou-se um espaço de atração e diversão para as nossas crianças com um retorno não só económico, mas também lúdico para o concelho. Não sei se fez referência a verbas? Deixava essa resposta dos custos para a Vice-Presidente pois terá mais informação. Em relação à tomada de posse do Paulo Rogão foi indeferida por mim porque, e eu passo a citar alguns pontos. Primeiro ponto, o eleito exercia à data da instalação do órgão o cargo de vogal executivo do Concelho de Administração da Unidade Local de Saúde do Nordeste. Entidade pública empresarial integrada no Serviço Nacional de Saúde como vocês sabem. Ponto dois, o exercício cumulativo das funções de vogal executivo de entidade pública empresarial do setor da saúde, em regime de exclusividade e do mandato de vereador, ainda que em regime de não permanência, configura situação de incompatibilidade legal nos termos do estatuto do gestor público. Ponto três, em virtude dessa incompatibilidade, o eleito apresentou renúncia ao cargo de vogal executivo da ULS do Nordeste, com comunicação efetuada com efeitos pretendidos a partir de 1 de dezembro de 2025. Ponto quatro a renúncia dos membros dos órgãos de gestão das entidades públicas empresariais segue o regime da lei comercial e, mais concretamente, do Código das Sociedades Comerciais, por remissão do disposto no artigo 40, conjugado com o 27 número 1, ambos do referido estatuto. Ponto cinco, nos termos do artigo 404, número 2, do Código das Sociedades Comerciais, a renúncia não produz efeitos imediatos, apenas se tornando eficaz no final do mês seguinte ao da comunicação, salvo se, entretanto, tiver sido designadamente substituído. Coisa que não foi. Ponto seis, consequentemente, até à produção efetiva dos efeitos de renúncia, o titular mantém-



se legalmente investido no cargo de vogal executivo da ULS, permanecendo sujeito ao respetivo regime de exclusividade, deveres funcionais e incompatibilidades. Ponto sete, acresce-se que foi expressamente recusada pela tutela competente, a Sra. Ministra da Saúde, a autorização para a acumulação de funções, pelo que a incompatibilidade legal se mantém integralmente durante o período de deferimento da eficácia da renúncia. Ponto oito, a validade da tomada de posse de um eleito local pressupõe, no momento exato da investidura, a inexistência de incompatibilidades ou impedimentos legais não sanados. Não dispondo o Presidente da Câmara Municipal de qualquer margem de discricionariedade para afastar ou derrogar normas legais imperativas em matéria de incompatibilidades. Ponto nove, a eventual conferência de posse, enquanto subsistir a incompatibilidade legal, configuraria a prática de um ato administrativo ilegal, repito, ilegal, suscetível de invalidade, colocando em causa a legalidade do exercício do mandato, a segurança jurídica das deliberações do órgão e a responsabilidade dos intervenientes. E, por último, ponto dez, não obstante, a incompatibilidade em causa reveste natureza temporária e removível, cessando automaticamente com a produção de efeitos da renúncia ou com a designação de substituto, não determinando por si só a perda de mandato, desde que a falta à tomada de posse tenha sido devidamente justificada, como sucede neste caso concreto. Em relação ao ter recebido a mensagem, quando me dizem que impedi o Armindo de votar, o Armindo teria que substituir o Paulo Rogão, que teria que ter tomado posse. Acho que ficamos bem claros neste aspeto. E o Armindo só participou na reunião, a pedido da Vereadora Susana, que pode vir esclarecer se eu estiver a dizer alguma inverdade. Referiu que parecia muito mal, estarem só dois Vereadores, quando deveriam estar três. Obviamente que se não substitui aquele que deveria ter tomado posse, logo também, em termos de votação, não poderia fazer. Não sei se me fiz entender e se toda a gente entendeu a explicação. -----

Relativamente às questões do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Morais, penso que a primeira está respondida. Em relação ao e-mail que me enviou, muito bem, eu terei todo o gosto em reunir com todos os macedenses, todos os empresários, todos aqueles que assim o entenderem, e então, obviamente, se for para investir no nosso concelho, melhor ainda, a Junta sou útil ou agradável, como se costuma dizer, e passo a expressão. Em relação ao convite, eu não falo pela minha Vice-Presidente, mas eu não confirmei essa presença. Eu não confirmei essa presença. Se a Vice-Presidente confirmou, ela vai vir aqui e vai falar de outro assunto e também falará desse. E eu espero que, e agora citando um grande amigo e Presidente de Junta aqui presente,



Handwritten initials and signature in the top right corner.

num encontro que tivemos nesta semana há pouco tempo, o Presidente da Junta de Ferreira, eu só espero isto, e permita-me que revele esta conversa informal, só espero que na Assembleia estejamos todos para o mesmo lado e nos deixemos de politiquices. -----

**A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia Municipal** concede a palavra à **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Clementina Gemelgo**. -----

Vou iniciar com a questão que o Sr. Presidente da Junta de Morais colocou sobre a minha ausência que foi confirmada. De facto, assim foi, é verdade que eu não compareci, é verdade que tinha confirmado que ia, e disse-lhe que iria com todo o gosto. No dia do evento houve, como sabem, e penso que toda a gente viu através das redes sociais, atos de vandalismo no Jardim 1.º de Maio onde estão os equipamentos de Natal, e que esses atos de vandalismo provinham de incidentes para não dizer coisas mais graves que aconteceram num bar ali próximo de madrugada. Fomos chamados, como responsável também pelo evento assim como o Vereador Leonardo tivemos que estar a tomar providências porque havia sangue espalhado no gelo havia material partido as casas onde estão guardados os patins estavam danificadas inclusive a instalação elétrica, foi preciso esperar pelo electricista foi preciso agilizar tudo aquilo que era preciso para que o espaço lúdico estivesse aberto e a funcionar. Foi por esta razão e apenas por esta que não pude comparecer e de facto não consegui porque não me lembrei e penso que será humano, não me lembrei de avisar que não poderia estar. Mas aproveito também para dizer a este respeito Sr. Presidente que tenho um e-mail institucional e um contacto telefónico que o Sr. não utilizou, utilizou o meu número privado via WhatsApp e que eu me lembre eu não lhe dei esse contacto. Agradecia que doravante os contactos institucionais, que fizer, fizesse pela via institucional. Também aí e de uma vez que me tinha feito esse convite eu pedi-lhe desculpa pela minha ausência, pedi-lhe desculpa por não ter comparecido e como me disse que tinha feito gastos eu disse-lhe que estaria disponível para lhe pagar via MBWay, se o Sr. me dissesse qual foi o valor do gasto que teve com a minha pessoa, ou melhor com a minha ausência. Aproveito também para dizer já ao deputado Luís Vaz que não lhe reconheço competência nem direito para pôr em causa a minha maturidade e apelo que faça as suas críticas sem tentar menorizar ninguém. Não lhe fica bem não dignifica o lugar que ocupa e não é de facto a melhor maneira de estar numa Assembleia, onde estamos a representar os macedenses. Sobre o Natal respondendo ao deputado Alfredo Preto eu não sei quem é que lhe deu os valores, eu não fui com certeza, mas ainda assim ainda não divulguei os valores, até porque o Sr. vereador Benjamim Rodrigues já me solicitou estes dados e eu disse-lhe que ainda



não tinha tudo e foi por esse motivo que ainda não divulgámos todos os procedimentos que fizemos. Provavelmente já tem acesso a alguns, mas não tem a todos. Alguém disse que fizemos a festa de Natal, o Bô Natal Macedo com o dinheiro que o anterior executivo deixou, evidentemente que sim não poderíamos ir inventar dinheiro nem fazer nenhum empréstimo para fazer o Bô Natal Macedo, evidentemente que fomos ao orçamento e àquilo que nos competia fazer e neste orçamento no orçamento do mandato anterior havia verbas alocadas para as atividades de Natal das quais eu posso citar, havia para a aquisição de serviços 70 mil euros previstos, para a iluminação de Natal havia 30 mil euros previstos, para a aquisição de outros bens 2 mil euros, para participações 20 mil euros, para prémios 2 mil e 500, para gás mil e para gasóleo 1.500 e havia ainda uma rubrica para fogo-de-artifício que ficou por ser utilizada em junho a quando da Feira de São Pedro devido ao calor extremo que se fez sentir e a proteção civil não ter prometido que se usasse o fogo-de-artifício na Feira de São Pedro. Fico admirada, ou talvez não, porque o valor que está aqui e que eu acabei de dizer ronda aos 127 mil euros, portanto os valores que o senhor deputado viu andam próximos destes e era aquilo que estava aqui e eu posso referir que sim, que fizemos um reforço a esta verba que estava prevista em orçamento fizemos um reforço de 48.176,25 €, reforçamos e fomos buscar aos saldos disponíveis outras ações do plano que ficaram para realizar nós justificamos esta despesa não só pela parte lúdica, mas permitam-me dizer que é bom, é útil é saudável criar memórias boas na infância e na pré-adolescência o melhor seguro de saúde que podemos dar a um filho é criar neles boas memórias por isso nós pusemos uma pista de gelo que não cobramos um único bilhete, como faz por exemplo a Bragança, para que todos, mesmo aqueles que têm uma economia mais frágil possam andar as vezes que quiserem até que a energia se esgote, mas não é só a parte lúdica que interessa, nós tentámos e porque vimos pelos exemplos anteriores e vimos que o anterior executivo tentou de facto fazer do Natal uma festa que atraísse pessoas tentou fazê-lo nas Naves do São Pedro e não funciona tentou o ano passado fazer com uma tenda junto ao parque da cidade também não atraiu muitas pessoas e nós resolvemos arriscar e trazer a festa do Natal para Macedo, se os nórdicos podem ser à rua, nós também podemos, é facto que o tempo, o clima não nos permitiu sair as vezes todas, queríamos e estarmos todos como queríamos na rua, porque de facto está muito frio mas ainda assim, e principalmente ao fim de semana houve muita gente, houve muitos franceses, houve muitos espanhóis, houve muitos visitantes, de outros concelhos nós temos uma média de crianças, que utilizaram a pista de gelo que ronda as 220



crianças por dia e ao fim de semana esse valor sobe substancialmente dos 41 expositores e dos 8 do mercado do produtor já falamos com todos, ainda ninguém foi para casa sem ter vendido nada, o que quer dizer que de algum modo está a resultar, o que é certo também e é verdade que muitas vezes nem sempre o mercado de Natal está a funcionar, ou porque a chuva não permite ou porque nós privilegiamos os empresários, os empreendedores de Macedo, só que estas pessoas também têm o seu emprego e muito provavelmente só a partir das 5 ou 6 da tarde, é que podem ir abrir o mercado de Natal, ainda assim e porque já aqui foi dito que é a primeira edição para o ano, podemos rever, encurtar no tempo encurtar o número de barracas que compõem o mercado de Natal, e sim aplicar todas aquelas sugestões proactivas que aqui foram dadas ou que nos quiserem fazer chegar, o que nós queremos é que o comércio tradicional seja dinamizado e eu penso que isso aconteceu, as ruas se enchem de gente que já há muitos anos não se via tanta gente no Jardim 1º de Maio e à volta no centro da cidade e queremos de facto melhorar também com o vosso contributo. Sobre as piscinas está previsto que as piscinas entrem em obras de requalificação, em Março ou Abril nós pretendíamos de facto abrir as piscinas e o Sr. Presidente da Câmara disse, penso que na 1ª reunião ou na 2ª reunião de Câmara, que iríamos abrir porque há cerca de 180 crianças entre os 4 e os 10 anos que não conseguem ter acesso à mesma e que têm todo o direito para o fazer, acontece que os professores da AEC's estão alguns de férias e outros alocados às CAF's e a outras atividades pelo que não temos recursos humanos suficientes para permitir que esta modalidade que acarreta alguma seriedade como todas as outras, mas as crianças na água têm que ter um acompanhamento e uma disponibilidade redobrada por parte dos adultos e não temos tido essa disponibilidade. Tentámos encontrar duas pessoas que pudessem colmatar essas falhas, mas o orçamento não permite porque não está nenhuma rubrica aberta nesse sentido e até ao dia 31 de dezembro não conseguiremos fazer ainda nada. A partir do início de janeiro já vamos tentar colmatar esta falha e ter as piscinas a funcionar até que as obras de facto se possam vir a realizar. -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concede a palavra à Sr.ª Vereadora Susana Viana para defesa da honra. -----**

Eu venho aqui esclarecer o que foi dito pelo Sr. Presidente, relativamente à convocatória do eleito Armindo Cepeda para a reunião de Câmara e como é óbvio as convocatórias não são feitas a pedido. Na reunião do dia 17 de dezembro, o ponto 1 era a justificação da falta do Paulo Rogão e o ponto 2 era o indeferimento da tomada de posse, e eu coloquei a questão ao Sr. Presidente da Câmara se já tinha recebido o



parecer por parte da CCDR. O que me foi dito que não, e que tinha sido solicitado um novo parecer, a um Gabinete de Advogados, mas concretamente ao Dr. Paulo Abreu. E nesse momento o Sr. Presidente entregou-me o parecer para ser entregue ao Dr. Paulo Rogão e passou a ler o despacho para depois tomarmos conhecimento. Enquanto o Sr. Presidente lia o despacho eu fiz uma leitura rápida do parecer e nas conclusões li: o ponto 10 e o ponto 11, que passo a reproduzir. *“...Sob epígrafe preenchimento de vagas, o artigo 79.º n.º 1 da Lei 169/99 de 16 de 18 de setembro estabelece que: um, as vagas ocorridas nos órgãos autárquicos são preenchidas pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista ou tratando-se de coligação pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto um membro que deu origem à vaga.”* O ponto 11 diz, *“por decorrência e na medida em que tal determina o funcionamento do órgão na sua plenitude deverá ser convocado o cidadão eleito imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista a desempenhar mandato como vereador em regime de não permanência que perdurará até que o referido membro eleito cuja incompatibilidade impede agora a respetiva posse cesse o seu impedimento nos termos supradescritos e neste caso manifesta a sua vontade de tomar posse.”* Face a estes dois artigos eu coloquei a questão ao Sr. Presidente, já que estava a dar cumprimento ao despacho para o impedimento para o Paulo Rogão tomar posse porque é que não tinha sido dado então cumprimento ao ponto 10 e 11 do mesmo parecer. Foi isso que eu questionei e, em momento algum eu pedi ao Sr. Presidente ou aos Srs. Vereadores para que o eleito Armindo Cepeda fosse convocado para reunião, por parecer mal estarmos só dois elementos, foi porque estava no parecer jurídico solicitado pelo Executivo.” -----

**Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra. -----**

**SÉRGIO RICARDO DIAS LAMEIRAS (PSD)** – fez a seguinte intervenção: Quero apenas usar a palavra para esclarecer e responder algumas críticas, que foram feitas sobre o tema abordado na minha intervenção, especialmente pelo Deputado Alfredo Preto e que já a Sra. Vereadora também já falou, e muito bem. Em primeiro lugar importa dizer que elogiar o que está bem feito não significa ignorar o que pode e deve ser melhorado, a democracia também se constrói com conhecimento, com equilíbrio e com sentido de justiça institucional, a minha intervenção tem um objetivo claro valorizar um conjunto de iniciativas que objetivamente devolveram vida ao espaço público dinamizaram o centro da cidade envolveram famílias, crianças, associações e comércio local, e que não vinham sendo realizadas há vários anos, com esta



dimensão e organização, é legítimo que a oposição critique questione opções ou prioridades isso faz parte do seu papel, mas também é importante que este órgão saiba reconhecer quando há trabalho, planeamento e resultados visíveis no terreno, caso contrário corremos o risco de transformar este espaço apenas num palco de crítica sistemática, desligada da realidade vivida pelos munícipes, não se tratou de propaganda nem de confundir funções, tratou-se de reconhecer iniciativas concretas visíveis e amplamente usufruídas pela população que contribuíram para o bem-estar coletivo para a promoção do concelho e para a valorização das nossas tradições, aliás valorizar aquilo que une como espírito natalício, a vivência em família, e a ocupação positiva do espaço público deveria ser algo transversal a todos os eleitos, independentemente da bancada onde se sentam, reitero, por isso o que disse anteriormente quando há razões para criticar devemos fazê-lo, quando há razões para elogiar também não devemos ter receio de o assumir, é esse equilíbrio que dignifica a política local e aproxima os cidadãos das instituições. -----

**ALFREDO CARLOS PRETO FERNANDES (PS)** - fez a seguinte intervenção: Deixar só uma nota ao deputado Sérgio Lameiras que a minha intervenção não foi em resposta à sua, a minha intervenção foi em resposta ao Bô Natal nada tem a ver com a sua intervenção, o tema foi abordado mas efetivamente foi uma intervenção ao Bô Natal e não à sua intervenção, queria só deixar isso claro. Quanto ao resto efetivamente eu falei no valor que foi referido o valor estava no portal base e foi a esse que eu me referi e entendam aquilo que eu disse não como uma crítica, mas como uma sugestão e como a Sra. Vice-Presidente assumiu que relativamente ao Mercadinho havia falhas e foi a esse que eu me referi efetivamente porque as pessoas circulavam pela cidade havia gente, mas o Mercadinho estava encerrado, e era a esse que eu estava a referir e pelo visto estávamos de acordo em relação ao tema do Dr. Paulo Rogão temos aqui claramente algum desacordo e o desacordo é dentro do Executivo se não damos posse ao Dr. Paulo assumindo que há uma incompatibilidade, mas a incompatibilidade é dele nas funções na ULS e não no Executivo no entendimento que é feito também no parecer que vossas Excelências pediram mas não quero perder tempo com isso, nesse mesmo parecer depois vai referência a que deve ser convocado o vereador seguinte e aquilo que aconteceu na reunião desta manhã foi que de facto essa situação foi acomodada de uma ilegalidade porque não foi permitido que o voto do Sr. Vereador constasse eu acompanhei e digo-vos que acompanhei com estupefação foi contado, os votos foram contados durante o período da reunião e no final de facto foi dito que esses votos não contariam, de facto há aqui alguma coisa e entendam isto não como aqui uma guerra ou estarmos aqui a discutir,



é mesmo porque há aqui alguma coisa que não está bem é só isto que eu quero deixar nota, alguma coisa não está bem, uma ou outra eu tenho a minha perceção mas uma ou outra de facto não estão bem.-----

**LUÍS MIGUEL PEREIRA VAZ (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “Começo por pedir desculpa à Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente, porque acho que foi a única pessoa que interpretou de certa maneira o que eu disse. Dizer que me referia a um post que fiz no verão onde dizia, “...os nossos adversários, pessoas que socialmente não têm nada a apontar e que por muitas delas, nutro sincera amizade, mas que não estão preparadas para assumir os “vestidos” do nosso concelho, demonstram impreparação, desconhecimento e falta de estratégia...”. Esta era a minha opinião, e o que eu disse há pouco em outras palavras, espero e continuo a esperar, só que não vai ser hoje, vir aqui num outro momento dizer que estava errado e que realmente vocês superaram as minhas expectativas e que estão a fazer um bom trabalho porque acho que é isso que todos queremos. Acho que o que todos queremos é o melhor para Macedo de Cavaleiros. Mas pegando aqui outra vez na questão do Paulo Rogão, os impedimentos, a existirem são na ULS não são no Município. Haveria impedimentos se ele tivesse determinados cargos e aí o Município não podia aceitar e foi isso que o Presidente falou, neste caso os impedimentos eram apenas a nível da ULS, não vai um Presidente de Câmara preocupar-se com a ULS. Mas o dia 1 de janeiro é já a seguir, só quis deixar este apontamento, para numa próxima vez tentarem esmiuçar mais as coisas de modo a entrarem com o pé direito e com o propósito de debater o melhor para Macedo de Cavaleiros porque é isso que nos move.” -----

**ISABEL MARIA FAUSTINO CARVALHO (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “ Pedia então ao Sr. Presidente para me olhar nos olhos, já que me desafiou a responder-lhe se alguma vez tinha sentido medo. Não Sr. Presidente. Nunca senti medo e se algum dia o sentir, serão as Entidades competentes que lhe irão reportar esse medo. Há aqui outra questão que o Sr. Presidente não percebeu. Eu fiz-lhe uma pergunta e foi no seguimento dessa pergunta que eu proferi as palavras do Deputado David Martins que também me identificam e é aquilo que diz “...porque liberdade é a ausência de medo, não é medo...” e vinha no seguimento das palavras que estão escritas no seu despacho para justificar a alteração do júri. As palavras que foram proferidas diretamente sobre o júri, que são funcionários do Município e o Sr. Presidente não me respondeu a isso. Quanto às piscinas, se eu bem me lembro, nos outros anos eram os



mesmos profissionais e também tinham outras atividades e as crianças tinham aulas de natação." -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às questões colocadas pelos Srs. Deputados Municipais: " Mais uma vez então realmente concordo com os Deputados que vieram aqui para acabar de vez com a conversa sobre o assunto de Paulo Rogão eu reforço a situação do Paulo Rogão, por exercer funções na data da tomada de posse na ULS e o exercício destas funções são em regime de exclusividade seja lá, seja cá. Exclusividade é para um lado e é para o outro e a renúncia não produz efeitos imediatos mantém-se a incompatibilidade até que decorram os 30 dias ou que o eleito tome posse se houver um substituto para ele. Em todo o caso o ato administrativo pode ser impugnado e desafio a que o façam a bem do interesse público e da verdade, mas recordo que a responsabilidade não é apenas do eleito mas também de quem lhe dá posse e mencionou aqui a Vereadora Susana Viana, o nome do advogado e diga-se que foi bastante elogiado pelo Vereador Benjamim Rodrigues nessa reunião de câmara. Mas como disse e torno a repetir os Deputados têm o direito de discordar das conclusões do parecer sendo que pode ser impugnado o ato. Lanço o desafio para que o façam. Penso que em relação à vereadora Susana e mesmo ao Luís Vaz e ao Alfredo Preto que fui claro nesta questão e acho que arrumamos de vez esta a mesma, pelo menos por agora. ----- Em relação ao deputado Ramiro eu assentei o dia do evento mas não confirmei a minha presença e, na minha modesta opinião não há matéria para estarmos a trocar palavras sobre este assunto, até porque já passou. ----- Em relação à questão da deputada Isabel eu não vejo qual o mal de falar dos funcionários do município e quando falo dos funcionários do município falo em imparcialidade e isenção. Sou para os funcionários do município como para qualquer outro funcionário ou qualquer pessoa que exerça, neste caso um cargo de júri, que para o integrar deve ser imparcial e isento e não estou a querer dizer nada, só estou a dizer as características que um júri deve ter. Em relação às piscinas a única diferença entre o ano passado e este, além de toda a gente já perceber, com eleições e as datas das mesmas, foram ainda despachadas pelo antigo executivo. Retomaremos logo que possível as aulas nas piscinas. -----



*Handwritten signature and initials.*

**A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia Municipal “** Deu nota de conhecimento que: No dia 12 de janeiro vai haver uma Assembleia Extraordinária por volta das 16 horas da tarde aqui neste Centro Cultural devido à Eleição dos Órgãos do Presidente da CCDR e vice-presidente da CCDR mudou a Lei, e então perante essas circunstâncias já não é o governo que indica, são os autarcas que vão votar, os presidentes de juntas e nós, para aquele que acharmos que seja mais conveniente para o nosso Norte, para o nosso Nordeste Transmontano e não só para o Norte porque esta eleição antes resumia-se a uma nomeação e agora não, agora não se resume por isso deixa de ser nomeado como já disse pelo Governo é uma eleição bastante importante pois escolhe-se quem poderá representar melhor a nossa região, a região norte, por isso dia 12 de janeiro temos aqui uma Assembleia Extraordinária às 16 horas. Passamos à Ordem do Dia desta Assembleia. -----

**ORDEM DO DIA -----**

**PONTO 1- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL REFERENTE À ATIVIDADE MUNICIPAL NO PERÍODO COMPREENDIDO 01 DE NOVEMBRO A 17 DE DEZEMBRO, ELABORADA NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 2 ALÍNEA C) DO ART.º 25.º E DO N.º 4 DO ART.º 35.º, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013.-----**

**-----Abertas as inscrições, inscreveram-se os Deputados Isabel Carvalho Grupo Parlamentar do PS, Daniela Rebelo Grupo Parlamentar CDS. -----**

**ISABEL MARIA FAUSTINO CARVALHO (PS) –** Fez a seguinte intervenção: “Na informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do executivo municipal, entre as diversas reuniões que mantiveram existiu uma que me chamou a atenção, a reunião do dia 5 de dezembro de 2025 no Porto com a Presidência do Eixo Atlântico com vista a contacto Institucional. Sr. Presidente gostaria que nos explicasse em que consistiu essa reunião e se é a sua intenção que o nosso Município volte a integrar essa Associação? -----

**DANIELA DE ALMEIDA REBELO (CDS) –** Fez a seguinte intervenção: “ a minha pergunta é no âmbito das reuniões publicitadas e a propósito da Colaboração Institucional com a Rádio Onda Livre e para tentar evitar que hajam múltiplas e talvez -----



erróneas interpretações o Sr. Presidente, podia-nos por favor esclarecer/informar se foram revistas ou se serão mantidas as práticas de divulgação praticadas pelos anteriores Executivos no que respeita às Reuniões de Câmara Públicas e Assembleias Ordinárias.-----

----- **A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às questões colocadas pelos Srs. Deputados Municipais e disse “ em relação à questão colocada pela Deputada Isabel Carvalho, no que concerne ao Eixo Atlântico, foi feita realmente uma reunião com o Presidente do Eixo Atlântico no sentido de averiguar da possibilidade de integrar novamente a associação Transfronteiriça e reforçar as sinergias e as políticas conjuntas que reforcem a Cooperação Transfronteiriça, o desenvolvimento económico e social a sustentabilidade e mesmo a valorização do nosso Território, na opinião deste executivo foi um erro a nossa saída do Eixo Atlântico sendo que Mirandela e Bragança se mantiveram e neste tempo em que Macedo não pertenceu se perderam bastantes oportunidades, nomeadamente, a participação em Feiras a Nível Ibérico e mesmo Internacional. Na reunião foi dito que a reentrada na Associação só fazia sentido com o aval dos municípios de Mirandela e Bragança sendo que nenhum se opôs depois de os contactarmos e até incentivaram a entrada criando um Mini Eixo Mirandela, Macedo e Bragança para que de forma conjunta se desenvolvam as atividades e se reforce a Cooperação Transfronteiriça. Foi manifestado entretanto a intenção da adesão aguardamos obviamente a resposta, sendo que posteriormente caso a resposta seja positiva, formalizaremos na Câmara Municipal e nesta Assembleia. -----

Em relação à questão da Deputada Daniela Rebelo no que concerne a Onda Livre nesta reunião foram discutidas e analisadas diversas questões nomeadamente o Regulamento e o Protocolo existente ao qual se for necessário serão feitas alterações ao respetivo Protocolo mas o que está, estará para continuar. -----

----- **O Sr. Vereador Benjamim Rodrigues** solicitou à **Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia Municipal** a palavra que lhe foi concedida. -----

----- **O Sr. Vereador Benjamim Rodrigues** fez a seguinte intervenção: “ A minha vinda aqui é muito simples. Obviamente, que não vou dizer aqui que vai haver ou não vai haver um retrocesso. Vocês sabem, e eu ao longo da vigência de oito anos de governação, afirmo que não se perderam investimentos pois nós tivemos um

MJM  
[Handwritten signature]



investimento brutal que saiu do erário público. Eu desafio-vos a contabilizar porque já aqui foram ditos, e foi por isso que foi votada aqui a saída do Eixo Atlântico e desafio para que tragam aqui realmente quais foram os benefícios que os Municípios de Trás-os-Montes tiveram com o Eixo Atlântico, sabendo nós que esta governação é feita na Galiza e que realmente trouxe benefícios para a Galiza mas para o nosso território não trouxe nada. E, se eventualmente eu estiver errado têm que me trazer equidades concretas, e é por isso que eu pedi a palavra para defesa da minha honra, porque na altura não foi, de ânimo leve, que tomámos essa decisão e ainda hoje desafio a que digam quais os benefícios que trouxeram para o nosso Território ou para qualquer Território do País. Quem beneficiou foi a Galiza, inclusive com a Via Férrea e por isso a minha indignação e o pedido para sair do Eixo Atlântico. E ainda vos digo uma coisa, todo o dinheiro que nós investimos nesses anos em que fizemos parte da Associação Eixo Atlântico, e foram muitos anos, dava para fazer boas Feiras no nosso Território em cada uma das Freguesias.” -----

----- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu: “ Não se trata obviamente sequer de uma decisão política até porque Mirandela e Bragança não são da mesma cor política e estão no Eixo Atlântico e fizeram bastante questão que nós também estivéssemos presentes. Mas recordo que é uma proposta e ainda não houve decisão de aceitação, tudo indica que sim, que será mas não me parece que tanto Mirandela como Bragança que fazem parte do Eixo Atlântico, se tenham queixado alguma vez de questões, tanto financeiras como quaisquer outras, contudo dizer que esta é uma questão de estratégia deste Executivo, que é diferente da do Executivo anterior.” -----

**2 - ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO, GRAU OURO, A ANTÓNIO CRAVO, PSEUDÓNIMO DE JAIME ANTÓNIO GONÇALVES – PROPOSTA DO SR. VEREADOR ANTÓNIO NUNO BAPTISTA MENDES DE MORAIS – EMISSÃO DE PARECER NOS TERMOS DO ART.º 2.º DO REGULAMENTO DAS DISTINÇÕES HONORÍFICAS -----**

----- **A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a deliberação da Câmara Municipal de 07.10.2025, que se transcreve. -----  
“ ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO, GRAU OURO, A ANTÓNIO CRAVO, PSEUDÓNIMO DE JAIME ANTÓNIO GONÇALVES - PROPOSTA DO SR.



VEREADOR ANTÓNIO NUNO BAPTISTA MENDES DE MORAIS: DELIBERAÇÃO ----  
Presente a Proposta do Sr. Vereador António Nuno Baptista Mendes de Moraes que se  
transcreve: -----

“ Considerando que: -----

1 – A atribuição das distinções honoríficas do Município compete à Câmara Municipal,  
mediante proposta (...) de qualquer um dos Vereadores, art.º 2.º do Regulamento das  
Distinções Honoríficas do Município de Macedo de Cavaleiros (RDHMMC); -----

2 – A concessão de distinções honoríficas do Município carece sempre de parecer  
favorável da Assembleia Municipal, art.º 2.º do RDHMMC; -----

3 – A Medalha de Mérito se destina a distinguir as pessoas singulares (...) de cujos  
atos advenham assinaláveis benefícios para o Concelho de Macedo de Cavaleiros,  
melhoria nas condições da vida da sua população, desenvolvimento ou difusão da sua  
ou aprofundamento da sua história, ou outros de notável importância que justifiquem  
este reconhecimento, art.º 20.º do RDHMMC; -----

4 – António Cravo, pseudónimo de Jaime António Gonçalves, nascido em 17.02.1935  
em Salselas e falecido a 01.06.2025, em Paris, contribuiu indubitavelmente para a  
melhoria das condições de vida de muitos cidadãos, para a difusão e divulgação da  
cultura concelhia e, da de Salselas. O referido foi materializado por António Cravo ao  
ter: -----

- Sido um dos fundadores da extinta Escola Associativa Portuguesa, em Paris, onde  
muitos jovens completaram os estudos e conseguiram entrar no ensino superior  
francês e ter sido professor de muitos deles; -----

- Ministrados cursos de alfabetização a emigrantes portugueses, levando-os a fazerem  
o exame da 4.ª classe, organizados pela Embaixada de Portugal; -----

- Desenvolvida uma ação importante na promoção da cultura transmontana,  
promovendo a sua aldeia de Salselas, contribuindo decisivamente para a criação do  
Museu Rural de Salselas em 2000; -----

- Escrito e coordenado, entre outros, os seguintes livros, com relevância cultural: -----

- Vozes dos emigrantes em França, antologia poética bilingue, 1960; Os  
desenraizados, poesia, 1982; Os Pauliteiros de Salselas, 2000; Poetas no nosso  
concelho, 2003; Museu Rural de Salselas, 2005 e Salselas, um ponto do mundo, 2017.

5 – O percurso de vida de António Cravo pode também ser um exemplo para as  
gerações mais novas no que concerne ao esforço empreendido na obtenção do seu  
diploma em História, na Universidade Clássica de Lisboa, onde entrou com o estatuto  
de trabalhador-estudante. Neste âmbito releva ainda a sua ida para França aos 40  
anos, como emigrante, onde concluiu estudos em Ciências Sociais, na École des



*Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS) de Paris; -----  
Pelo antes dito tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, em conformidade com o art.º 2.º do RDHMMC, submeter à Assembleia Municipal esta proposta de atribuição da Medalha Municipal de Mérito, grau ouro, a António Cravo, pseudónimo de Jaime António Gonçalves.” -----*

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, acolher a proposta que propõe a atribuição a título póstumo, da medalha municipal de mérito, grau ouro a António Cravo, submetendo-se a presente deliberação a apreciação da Assembleia Municipal, para emissão de parecer, tal como resulta do disposto no art.º 2.º do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Macedo de Cavaleiros.” -----

----- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para dizer: “António Cravo, natural de Salselas foi um exemplo da dedicação à Terra Natal e às suas Gentes. Figura de referência Cultural e Intelectual cujo currículo fala por si sendo escritor, sociólogo e investigador em França, apesar disso, nunca esqueceu as suas raízes o seu legado constitui um contributo duradouro para a preservação da identidade cultural do Concelho merecendo o reconhecimento público desta Assembleia. Mas vou passar a palavra à **Sr.ª Vereadora Cristina Pires** sua conterrânea.” -----

----- **A Sra.ª Vereadora Cristina Pires** fez a seguinte intervenção: “ Permitam-me na qualidade de conterrânea, sendo natural de Salselas a mesma terra que viu nascer o Dr. António Cravo o que confere a esta intervenção um significado particularmente especial. Falo também com a emoção de quem reconhece neste homem, um exemplo maior de dedicação à sua terra e ao seu concelho. É para mim motivo de grande orgulho poder associar-me a esta justa homenagem, esta distinção reconhece um percurso marcado pelo trabalho pela dedicação e pelo contributo significativo que deu à nossa comunidade. Como conterrânea é com particular orgulho que deixo estas palavras destacando não só o mérito pessoal e profissional de António Cravo, mas também o exemplo que representa para todos nós. O seu percurso honra a nossa terra e demonstra que o empenho e o serviço à Comunidade merecem ser reconhecidos. Esta Medalha é acima de tudo um agradecimento coletivo por tudo o que fez e continua a representar. António Cravo nunca esqueceu as suas raízes promoveu de forma empenhada a aldeia de Salselas contribuindo, para a criação do



Handwritten signature and initials in the top right corner.

Museu Rural de Salselas, um espaço de preservação da nossa memória coletiva e foi igualmente um defensor e divulgador dos Pauliteiros de Salselas, valorizando uma tradição que nos distingue e honra enquanto Comunidade. Por tudo isto considero que a Atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro, ao Dr. António Cravo, é um ato de reconhecimento plenamente merecido que honra não só a sua memória mas também o nosso Município. Aproveito também para agradecer ao Dr. Nuno Morais pela proposta da Medalha Municipal de Mérito, um gesto que permitiu reconhecer de forma justa, o percurso e o contributo do Dr. António Cravo para a nossa Comunidade.”-----

----- **EMANUEL DE JESUS PINTO NASCIMENTO (PS)** – Usando da palavra fez a seguinte intervenção: “ Na qualidade Presidente da Junta de Freguesia de Salselas, não posso deixar de manifestar o meu profundo apreço e reconhecimento pela proposta da Atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro, a António Cravo, pseudónimo como aqui já foi dito Jaime António Gonçalves, uma distinção que honra não só o homenageado, mas também a nossa Freguesia e também o nosso Concelho. Importa salientar e agradecer de forma muito especial ao ex - Vereador Nuno Morais que teve a sensibilidade, o empenho e a visão, de levar este assunto à reunião de Câmara do dia 19 de setembro, permitindo que o mérito, o percurso e o contributo de António Cravo fossem devidamente reconhecidos ao mais alto nível municipal. Este gesto revela um sentido de justiça, valorização cultural respeito pela identidade local que muito dignifica quem o promoveu. Neste sentido, se considerarem a entrega do reconhecimento solícito que, se possível o façam em maio, uma vez que a família se encontra em França e neste período estará cá em Portugal.” -----

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, dar parecer favorável à atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro, a António Cravo, pseudónimo de Jaime António Gonçalves.** -----

**3 - CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS – PROPOSTA DE SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA k) DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL** -----



----- A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia Municipal, colocou à consideração do plenário a deliberação da Câmara Municipal de 19.11.2025, que se transcreve. -----

“ CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS – PROPOSTA DE SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA APROVAÇÃO: DELIBERAÇÃO -----

Presente a Informação n.º 273/2025 da Divisão de Educação e Desporto de 08.10.2025, que se transcreve: -----

“ A primeira Carta Educativa do Município de Macedo de Cavaleiros foi elaborada e aprovada pelos órgãos competentes em 2006 (cf. pág. II do documento anexo, doravante denominado Carta Educativa). -----

Atualmente a Carta Educativa está regulamentada no Decreto-Lei. 21/2009, de 30 de junho, na sua redação atual, que operacionalizou a transferência de competências, na área da Educação, para os Municípios e doravante referido por Diploma. -----

A Carta Educativa é, *a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município (...) tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município*, em conformidade com o art.º 5º do Diploma referido. -----

Esta deve ser revista de 10 em 10 anos, conforme o nº 3, art.º 15º do Diploma. -----

A Carta Educativa consta no anexo I a esta informação. -----

*A elaboração da Carta Educativa é da competência da Câmara Municipal, sendo aprovada pela Assembleia Municipal respetiva, após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação, e pronúncia do departamento governamental com competência na matéria*, em conformidade com o nº 1, art.º 14º do Diploma antes mencionado. -----

A revisão da Carta Educativa aqui em apreço contou com a participação e colaboração dos representantes locais dos partidos políticos com representação na Assembleia Municipal, do Conselho Municipal de Educação, da Associação de Pais e Encarregados de Educação e do Diretor do Agrupamento de Escolas (cf. pág. 17 da Carta Educativa). -----

Da análise da revisão da Carta Educativa constatamos que nos edifícios e equipamentos educativos do Agrupamento prevalecem cenários de ocupação razoável e subocupação na EB1 de Chacim e na EB1 de Morais (cf. pág. 79 do documento). ----

Sendo certo que os equipamentos educativos são polos dinamizadores das localidades é proposto manter a EB1/Jardim de Infância de Morais e Chacim e



Handwritten initials and signature in the top right corner.

equacionar a reativação da EB1 de Ferreira, com oferta da Educação Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, garantindo uma resposta de proximidade promotora de coesão territorial e da equidade no acesso à educação (cf. pág. 143 do documento). --- O documento prevê ainda a construção de um novo edifício para o 2º Ciclo do Ensino Básico, na Escola Básica e Secundária de Macedo de Cavaleiros (Polo III) adequado às exigências pedagógicas, conforto e bem-estar da comunidade educativa (cf. pág. 142). Com a melhoria pretendida, futuramente, a Escola Básica de Macedo de Cavaleiros, Polo I, ficará afeta à Educação Pré-escolar, a Escola Básica e Secundária, Polo II, afeta ao 1º Ciclo do Ensino Básico e o Polo III ao 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e ao Ensino Secundário. -----

A Carta Educativa em apreço, como consta no documento anexo a esta informação, mereceu o parecer favorável unânime dos membros do Conselho Municipal de Educação, na sua reunião realizada no dia 17 de julho de 20125. O parecer foi emitido em conformidade com o nº 1, art.º 14º do Diploma legal que tem vindo a ser referido. -- O Ministério da Educação, Ciência e Inovação, no uso da competência que lhe é conferida pelo Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, art.º 14º, emitiu pronúncia favorável no pretérito dia 3 de outubro, *no sentido da sua conformidade com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos estatuidos no referido Decreto-Lei, e demais instrumentos aplicáveis à Carta Educativa elaborada pelo Município de Macedo de Cavaleiros*, como consta no anexo III desta informação. -----

Tendo em conta o antes referido, o parecer do Conselho Municipal de Educação e a pronúncia do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, proponho, em conformidade com a al. ccc), nº 1, art.º 33º e nº 3, art.º 57º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o nº 1, art.º 14º do Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, que este assunto seja presente na reunião da Câmara Municipal para que esta possa deliberar: -----

- i) – Submeter a Carta Educativa do Município à Assembleia Municipal, para aprovação; -----
- ii) – Propor à Assembleia Municipal que a sua deliberação seja aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos e a Carta Educativa possa ser remetida ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação, conforme preconizado no nº 7 da sua pronúncia.” ---

----- **Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 08.10.2025:** “À reunião de Câmara.” -----

----- A minuta da Carta Educativa, dá-se como transcrita ficando cópia da mesma devidamente rubricada pelos membros do Executivo e arquivada na pasta correspondente a esta reunião. -----



**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar submeter a minuta da Carta Educativa do Município, à Assembleia Municipal para deliberação.” ---

-----  
----- **Abertas as inscrições, pretendeu usar da palavra:** -----

----- **DANIELA DE ALMEIDA REBELO (CDS)** – Relativamente a este assunto fez a seguinte intervenção: “ A importância da Revisão da Carta Educativa de Macedo Cavaleiros deve-se à importância deste documento como Instrumento Municipal de Planeamento e Ordenamento da Rede Educativa. É um documento muito interessante tanto não fosse pelos diagnósticos como pelos eixos indicadores. Como grande preocupação do CDS com este tema não podíamos deixar de partilhar algumas considerações. Integrado no Eixo 1 que respeita ao Planeamento Sustentável e Valorização dos Espaços Educativos está apontada a Reorganização e Requalificação da Rede de Equipamentos Escolares do Concelho. Depreendemos, pelo que analisamos que o Polo 1 ficará inteiramente dedicado ao ensino pré-escolar, portanto frequentado por crianças até aos 6 anos. Por sua vez, o Polo 2 será dedicado ao 1º ciclo e será frequentado por crianças dos 6 aos 10 anos. Por último, o Polo 3 será dedicado ao 2º e 3º ciclos e ensino secundário, logo frequentado por crianças e jovens dos 10 aos 18 anos. Atendendo que no diagnóstico da Carta são apresentados alguns alertas, (um dos pontos de interesse que eu referi atrás), que decorrem na Comunidade Escolar e a título de exemplo, bastante preocupante, comportamentos desviantes associados a álcool e drogas. Ora, com esta partilha do Polo 3 com crianças e jovens dos 10 aos 18 anos, não estaremos a dificultar a resolução deste tipo de problemas, ao colocar esta disparidade no mesmo polo, atendendo ao período de mudança e visão estrutural para o nosso concelho momento de mudança de executivo e de mudança de orientação e de sentido, de opções, não seria um momento ideal e aproveitar este momento para separar o Ensino Secundário, juntamente com o Ensino Profissional e catapultar este último, de modo porventura a dar resposta ao tecido empresarial local, assim como fixar os nossos jovens cá, com garantias de mercado de trabalho, à semelhança do que já se faz um pouquinho por toda a Europa? Sublinhamos e deixamos esta sugestão. O Plano também reconhece explicitamente o risco de desigualdade territorial, e responde com medidas corretivas através da proximidade educativa nos níveis iniciais, contudo, e através da reorganização da rede contudo, não será demais lembrar que o jovem não integrado



nestes níveis iniciais, que habite numa das aldeias mais distantes, seja o primeiro a entrar no circuito e o último a sair, evidenciando uma grande disparidade com o jovem residente na Sede de Concelho, assim como, muitos jovens que moram na aldeia não têm uma rede de transporte que os permita frequentar a maior parte das atividades às quartas-feiras à tarde e atendendo que isto é um eixo bastante claro e evidenciado na carta gostaríamos de deixar a pergunta se já estão a desenvolver medidas concretas para estas respostas. -----

adm  
Luk

----- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** informou “no que respeita à Carta Educativa, a mesma foi anexa à respetiva Convocatória, sendo que é da autoria e mérito do anterior Executivo. Mas por se tratar de um assunto da Educação passo a palavra à **Sr.ª Vereadora Clementina Gemelgo** para que possa prestar os esclarecimentos necessários.-----

----- **A Sr.ª Vereadora Clementina Gemelgo** deu a seguinte informação: " A respeito da Carta Educativa dizer que a Educação não é apenas um serviço público é o alicerce sobre o qual construímos o futuro da nossa comunidade. Hoje apresentamos a Carta Educativa deste Município, um documento que há muito reclamava por atualização e reestruturação, uma vez que a última Carta Educativa data de julho de 2006 do Executivo liderado por Beraldo Pinto, não tendo sofrido nenhuma reestruturação até à presente data. Este novo documento agora elaborado pelo anterior Executivo do Dr. Benjamin Rodrigues a quem reconhecemos o mérito e o esforço veio finalmente atualizar a realidade Educativa e Efetiva aos dias de hoje. Mais do que um documento administrativo a Carta Educativa hoje em deliberação poderá tornar-se um guia estratégico para Ordenamento e Planeamento do Sector da Rede Educativa, porque uma Carta Educativa robusta é um compromisso com o futuro ela permite-nos olhar para o horizonte a médio e longo prazo garantindo que a nossa oferta educativa não se limita a reagir ao presente, mas antecipa as necessidades reais da nossa população. São várias as razões porque este documento é fundamental, servirá de bússola para decidir onde localizar, requalificar ou construir novos edifícios em total sintonia com o PDM e as dinâmicas demográficas, permitirá uma gestão rigorosa dos recursos humanos e financeiros, evitando sobreposições e garantindo que o investimento chega onde é mais urgente. Identificará fragilidades e define medidas para combater o insucesso escolar garantindo que todos os alunos, independentemente da sua origem, tenham acesso a transportes e a um ensino profissionalizante de qualidade, numa lógica de qualidade e equidade que todos pretendemos atingir. Sublinho que a carta educativa teve a colaboração dos



representantes Locais dos Partidos Políticos que à data tinham assento na Assembleia Municipal, teve a colaboração do Conselho Municipal de Educação, da Associação de Pais e Encarregados de Educação e do Diretor do Agrupamento de Escola à data, tendo tido o parecer favorável, unânime, dos membros do Conselho Municipal de Educação, bem como a pronúncia favorável do Ministério da Educação, Ciência e Inovação. -----

De 2006 até 2025 registaram-se inúmeras transformações entre as quais destaco a Competência dos Municípios na Área da Educação. A escolaridade obrigatória que passou dos 9 para os 12 anos a universalidade do ensino pré-escolar primeiro para as crianças de 5 anos e mais tarde também para as crianças de 4 anos, o novo Agrupamento de Escolas que passou a englobar também a Escola Secundária, a renovação do Parque Escolar com a Construção do Centro Escolar, o encerramento de Escolas com baixos níveis de frequência e a Transferência de Competências. Todas estas transformações e outras plasmadas neste documento justificam a urgência que havia em atualizar a Carta Educativa do Município de Macedo Cavaleiros. De toda a análise e diagnóstico que estão vertidos nesta Carta Educativa, destaco para reflexão alguns dados. -----

Apesar de uma expressiva quebra na taxa de analfabetismo que ronda os 40,9%, nota-se na rede pública um decréscimo de alunos em todos os níveis de ensino. Segundo os censos de 2021 há um saldo negativo nos movimentos estudantis. Saíram 312 estudantes e entraram apenas 147. -----

Regista-se também que 64% da população estudantil reside na Sede de Concelho. Salienta-se ainda a existência de 156 alunos migrantes de 19 nacionalidades. Acresce dizer que se registam instabilidades nas dinâmicas de integração destes membros alunos. -----

Dar nota também da existência de cenários de subocupação na EB de Morais e na EB de Chacim e na EBS de Macedo Cavaleiros. Há ainda significativas disparidades na acessibilidade geográfica às escolas perante um sistema de transportes desajustados às necessidades, acentuando desigualdades entre alunos no acesso a oportunidades diversas. Registaram-se comportamentos desviantes de risco, nomeadamente com álcool e tabaco em alguns alunos, e uma escassa abertura da escola à Comunidade, bem como uma débil articulação entre diferentes Entidades Locais. -----

A oferta formativa está desajustada às necessidades dos jovens, com poucas oportunidades, conduzindo à saída dos jovens logo após o Ensino Secundário ou ainda antes. Há também uma insuficiência de condições físicas de vivência em



ambientes saudáveis e seguros. É frágil a situação socioeconómica dos alunos, sendo que 57,4% do total de alunos são apoiados por subsídio. -----

O diagnóstico é bem mais extenso do que aquele que aqui apresento, e por isso convido todos e aqueles que tiverem a oportunidade e que assim entenderem, a consultar este documento para de facto se ter uma visão abrangente sobre a realidade do nosso Concelho no que à Educação e aos Equipamentos Educativos diz respeito. Esta Carta Educativa propõe que uma vez que os equipamentos educativos são Polos dinamizadores das localidades, se mantenha a EB1 Jardim de Infância de Morais e de Chacim e que se possa equacionar a reativação da EB1 de Ferreira com a oferta educativa do pré-escolar e do primeiro ciclo do Ensino Básico. E aqui será já uma primeira resposta ou uma primeira possibilidade numa tentativa de solucionar aquilo que a Senhora Deputada Daniela Rebelo aqui explanou. -----

Este documento prevê também a Construção de um novo Edifício para o 2.º ciclo na Escola Secundária, adequando às exigências pedagógicas, ao conforto e bem-estar da Comunidade Educativa. E sim, com este novo edifício, a Escola Básica Polo 1, ficará afeta ao pré-escolar, a Escola Básica Secundária Polo 2, ficará afeta ao 1.º ciclo e o Polo 3, o Edifício da Secundária ficará afeto aos 2.º e 3.º ciclo e ao Ensino Secundário. Por tudo isto, importa sublinhar um ponto crucial. Mais importante do que a elaboração desta Carta Educativa será o bom uso que poderemos fazer dela. Um documento desta importância, por mais bem redigido que esteja, não gera qualidade de ensino se for apenas para cumprir uma formalidade legal. Arquivá-lo numa gaveta não transforma a vida de um único aluno, não requalifica uma única escola, nem cumpre o objetivo transformador que aqui se pretende. -----

Uma Carta Educativa estática será, pois, um mapa sem destino. A utilidade deste instrumento depende da nossa vontade política e da nossa capacidade conjunta de execução. Ela deve ser um documento vivo, de consulta diária, que oriente as nossas políticas municipais de forma dinâmica e transparente. Ao aprovarmos e implementarmos este instrumento de gestão, estaremos a dar um passo importante para garantir que o Município possa vir a ser um território de oportunidades e estaremos a desenhar hoje a escola que os nossos filhos e os nossos netos poderão e deverão ter amanhã. Muito obrigada.” -----

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos apresentada a proposta da Carta Educativa do Município de Macedo de Cavaleiros. -----**



**4 - PACOTE FISCAL MUNICIPAL – ANO DE 2026 – PROPOSTA: DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 25.º, ALÍNEA D) DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL. -----**

----- A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, colocou à consideração do plenário a deliberação da Câmara Municipal de 17.12.2025, que se transcreve. -----

“ PACOTE FISCAL MUNICIPAL – ANO DE 2026: DELIBERAÇÃO -----

Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 13.12.2025. -----

“ No exercício das competências inerentes à área de intervenção das Finanças Municipais e Património, submete-se à aprovação da Câmara Municipal o Pacote Fiscal Municipal referente ao ano económico de 2026, o qual integra o Imposto Municipal sobre Imóveis, a Participação Variável no IRS, a Derrama e a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, reportando-se o correspondente articulado legal aplicável na sua atual redação: -----

**I) Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI:** Nos termos do previsto do n.º 1 do art.º 1º do Código do IMI, este imposto *incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português constituindo receita dos municípios onde os mesmos se localizam, [cf., alínea a) do art.º 14.º da Lei n.º73/2013, de 03 de Setembro], estando determinado na d) do n.º1 do art.º 25 do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, que é competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, fixar anualmente o valor da taxa do IMI, devendo esta deliberação ser comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira por transmissão eletrónica de dados [cf. alínea i) do n.º1 do art.º 35.º) da Lei n.º 73/2013, aplicando-se a taxa mínima caso essa comunicação não seja efetuada até 31 de Dezembro (cf. n.º14 do art.º 112.º do Código do IMI). -----*

Assim, o n.º 5 do art.º 112º do Código do IMI determina que os municípios fixam a taxa a aplicar em cada ano aos prédios urbanos, dentro dos intervalos previstos na alínea c) do n.º 1, designadamente, entre 0.3% e 0.45% podendo também esta taxa ser fixada por freguesia. No que concerne aos prédios rústicos a *alínea a) do n.º 1* estipula uma taxa fixa de 0.8%. -----

Conforme preceituado no n.º 1 do art.º 112-A, os municípios, podem também, fixar uma redução da taxa do IMI a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do art.º 13.º do Código do IRS, compõem o respetivo agregado, nomeadamente, de 30 € para agregados com um dependente, de 70 € com dois dependentes e de 140 € para agregados com três ou



*Handwritten signature and initials*

mais dependentes. -----

Em face do estipulado no n.º 6 do art.º 112 do Código do IMI, os municípios podem definir áreas territoriais, correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objeto de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação, e majorar ou minorar até 30% a taxa que vigorar para o ano a que respeita o imposto. O n.º 7 deste preceito determina, ainda, que os municípios podem definir áreas territoriais correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias e fixar uma redução até 20% da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios urbanos arrendados, a qual pode ser cumulativa com a taxa definida no n.º 6. -----

Por seu lado, o n.º 8 do mesmo artigo estipula que os municípios podem majorar até 30% da taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se, para este efeito, o enquadramento legal vertido no n.º 2 do art.º 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, ou no art.º 55.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, salvaguardando-se a prévia intimação para execução de obras de conservação e/ou reabilitação, necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético. -----

**Em face do exposto, dando cumprimento ao determinado na *alínea ccc)* do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, propõe-se que a Câmara Municipal aprove e submeta à deliberação da Assembleia Municipal: -----**

**1-Aplicar aos prédios urbanos a taxa mínima de IMI de 0,3%; -----**

**2- Reduzir a taxa do IMI aplicável aos imóveis destinados a habitação própria e permanente em função do n.º de dependentes, designadamente, 30 € para agregados com um dependente, 70 € com dois dependentes e 140 € para agregados com três ou mais dependentes; -----**

**3- Prorrogação, por mais dois anos, da isenção do IMI, de acordo com o nº 5 do art.º 46º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. -----**

**II) Participação Variável no IRS:** Nos termos do preceituado na alínea g) do art.º 14.º da Lei n.º 73/2013, constitui receita municipal *o produto da participação nos recursos públicos, determinada nos termos do disposto nos artigos 25.º e seguintes.* -----

Consequentemente, está determinado na alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º e no n.º 1 do art.º 26.º *que os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 % no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscção territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do art.º 78.º do Código do IRS.* -----



A percentagem da participação variável no IRS até ao limite de 5 % deverá ser comunicada por via eletrónica á Autoridade Tributária e Aduaneira até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos, sendo que na ausência de deliberação ou de comunicação, o município tem direito a uma participação de 5% no IRS (cf. n.º 2 e 3 do art.º 26 da Lei n.º 73/2013). **Em face do exposto, estando determinado na alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, que é competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, dando cumprimento ao determinado na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal, propõe-se que a Câmara Municipal aprove e submeta à deliberação da Assembleia Municipal: -----**

**1- A Participação de 1% no IRS com reporte aos rendimentos de 2026 dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho de Macedo de Cavaleiros.-----**

**III) Derrama:** Conforme previsto no n.º1 do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, *os municípios podem deliberar lançar uma derrama, de duração anual e que vigora até nova deliberação, até ao limite máximo de 1,5% sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território. -----*

**Considerando que a alínea c) do art.º 14.º da Lei n.º 73/2013, estabelece como receita municipal o produto da cobrança de derramas lançadas nos termos do artigo 18.º, no intuito de incentivar e apoiar o tecido empresarial e industrial instalado no território concelhio, bem como proceder à captação empresarial e industrial de eventuais investidores, em cumprimento do estipulado na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal, propõe-se que a Câmara Municipal aprove e submeta à deliberação da Assembleia Municipal: -----**

**1 - A Isenção Total da Derrama que se traduz pela não fixação de qualquer taxa até ao percentual a que o Município tem direito na respetiva área geográfica sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. -----**

**Taxa Municipal de Direitos de Passagem – TMDP:** A Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovada pela Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto, estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas, *aos recursos e serviços conexos, à gestão do espectro de radiofrequências e dos recursos de*



Handwritten signature and initials in the top right corner.

numeração, bem como a certos espetos dos equipamentos terminais, e define as competências da autoridade reguladora nacional (ARN) e de outras autoridades competentes nestes domínios. -----

De acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do art.º 23.º deste diploma legal, “As empresas que oferecem redes públicas de comunicações eletrónicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público é garantido o direito de: - Utilização do domínio público, em condições de igualdade, para a implantação, a passagem ou o atravessamento, necessários à instalação de sistemas, equipamentos e demais recursos. Por seu lado o n.º 2 do art.º 169.º identifica que os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento dos domínios público e privado municipal por sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes públicas de comunicações eletrónicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) e à remuneração pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas que pertençam ao domínio publico ou privado das autarquias locais previstas no Decreto-Lei n.º 123/ 2009, de 21 de maio. -----

Conforme determinado nas alíneas a) e b) do n.º 3 do art.º 169.º a TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município, sendo este percentual aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%. O n.º 4 do mesmo preceito legal, explicita que nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento. -----

**Nesta conformidade, em face do consignado na alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, dando cumprimento ao estipulado na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal, propõe-se que a Câmara Municipal aprove e submeta à deliberação da Assembleia Municipal: -----**

**1 - Fixar em 0,25% a TMDP a incidir sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, aos clientes finais do Município de Macedo de Cavaleiros.” -----**

**DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta**



do Sr. presidente da Câmara Municipal datada de 13.12.2025, referente ao Pacote Fiscal 2026, e submete-la à próxima Assembleia Municipal para aprovação.”-----

----- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para dizer “ Relativamente ao Pacote Fiscal que agora é apresentado dizer que é em tudo semelhante ao do ano anterior pois é de facto intenção do Executivo alterá-lo, numa próxima oportunidade, no sentido de permitir maior rendimento disponível para as famílias, a par da concessão de outros benefícios a conceder através dos Regulamentos Municipais que estão em fase de estudo e de elaboração. O Executivo não pode num mês e meio de mandato fazer aquilo que o anterior Executivo não fez em oito anos e por isso peço-vos calma e tranquilidade, na certeza de que estamos a trabalhar para assegurar maiores benefícios fiscais, quer aos munícipes, quer aos empresários, através de incentivos a regulamentar. São Regulamentos que estão em fase de estudo e preparação, como já referi, e que serão levados oportunamente ao conhecimento da Câmara Municipal e desta Assembleia Municipal, para que possam ser deliberados.” -----

----- **Abertas as inscrições, usou da palavra.** -----

**ISABEL MARIA FAUSTINO CARVALHO (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “ Relativamente a este ponto não há grande coisa a dizer, uma vez que é uma cópia do anterior Executivo não podendo deixar de parabenizar o Executivo por manter os benefícios a todos nós macedenses. Queria só recuperar um assunto que foi aqui amplamente discutido nomeadamente na Assembleia Municipal do dia 27 de setembro de 2024 onde o ex-deputado Nélio Pimentel traz novamente o assunto da não comunicação da prorrogação de isenção de IMI em 2023, ora entre diversas acusações que o mesmo faz destacar apenas uma não há qualquer tipo de hipótese a lei é taxativa não é possível a comunicação neste momento recuperar esse tempo não é possível dizer ao senhor ex-deputado Nélio Pimentel e a todos os macedenses que sim foi possível fazer essa mesma comunicação, mais já há macedenses a serem reembolsados do IMI liquidado portanto caso algum munícipe elegível para esta isenção não tenha ainda sido reembolsado pela AT, queiram por favor entrar em contato com os mesmos para eles procederem ao reembolso, dizer ainda que jamais foi a intenção prejudicar ninguém tanto que o município ainda reembolsou o IMI pago a dois contribuintes e preparava-se para reembolsar a um terceiro quando teve conhecimento por esse mesmo contribuinte que a AT já o havia reembolsado mais



podem ficar descansados porque foi confirmada por e-mail pela senhora diretora dos serviços do IMI em 08.09.2025, passo a citar o e-mail “informa-se que foi efetuado o registro da prorrogação por mais dois anos da isenção prevista no artigo 46 do EBF deliberada em 2023 e cuja comunicação deveria ter ocorrido até 31 de dezembro desse mesmo ano portanto qualquer pessoa pode neste momento aceder ao portal das finanças através do serviço do IMI consulta de prorrogação de isenção para poderem confirmar esta situação”. -----

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a taxa do IMI, a taxa TMDP, a Taxa de IRS e a Derrama, nos termos apresentados na proposta de Pacote Fiscal para o ano de 2026.**-----

**5 – ALTERAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS – PROPOSTA – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA m), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL** -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a deliberação da Câmara Municipal de 17.12.2025, que se transcreve. -----

**“ ALTERAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS - PROPOSTA: DELIBERAÇÃO** -----

----- Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 13.12.2025. -----

**“ I. Enquadramento Legal** -----

A presente proposta é elaborada ao abrigo do disposto nos artigos 241.º da Constituição da República Portuguesa conjugado com o artigo 35.º, n.º 2, alínea a) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

**II. Fundamentação** -----

A estrutura orgânica atualmente em vigor foi concebida num contexto distinto daquele que o Município hoje enfrenta, não refletindo de forma adequada: -----

- i) As novas prioridades estratégicas do atual executivo municipal; -----
- ii) O acréscimo de competências transferidas para os municípios; -----
- iii) A complexidade crescente da gestão de fundos comunitários, projetos estruturantes e parcerias interinstitucionais. -----

Torna-se, assim, necessário proceder a uma reorganização funcional e orgânica, orientada para: -----

- iv) A racionalização e otimização dos recursos humanos existentes; -----



- v) A clarificação de competências e responsabilidades; -----
- vi) A melhoria da articulação interna entre serviços; -----
- vii) O reforço da capacidade de planeamento, execução e monitorização das políticas municipais. -----

A alteração proposta visa igualmente alinhar o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências (ROSMEC) com a nova estrutura orgânica, assegurando: -----

- viii) Coerência entre unidades orgânicas e respetivas competências; -----
- ix) Maior segurança jurídica na atuação dos serviços; -----
- x) Transparência organizacional e funcional. -----

A reorganização agora proposta não implica aumento do número de unidades orgânicas de direção intermédia, nem acréscimo substancial de despesa com pessoal dirigente, assentando essencialmente numa redistribuição funcional e redefinição de competências. -----

### III. Objetivos da Alteração -----

A presente proposta tem como objetivos principais: -----

- xi) Adequar a estrutura orgânica às orientações estratégicas do mandato 2025-2029; -----
- xii) Reforçar áreas consideradas prioritárias, nomeadamente: Planeamento, desenvolvimento territorial e inovação; Agricultura e desenvolvimento rural; Gestão eficiente de obras, património e serviços urbanos; -----
- xiii) Melhorar a eficiência administrativa, a capacidade de resposta aos municípios e a qualidade do serviço público; -----
- xiv) Assegurar uma estrutura flexível, funcional e exequível. -----

### IV. Alterações Propostas à Estrutura Orgânica -----

Propõe-se a implementação de um modelo de Estrutura Hierarquizada, constituído por uma única unidade nuclear, a qual reveste, organicamente, a forma de Departamento Municipal, no caso, Departamento de Coordenação Estratégica, cujas competências constam de forma discriminada na moção de Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências (ROSMEC) e respetivos anexos, que fazem parte integrante da presente proposta. -----

Mais se propõe: -----

O número máximo de unidades flexíveis, no caso, 12 unidades flexíveis, 10 funcionalmente dependentes do mencionado Departamento de Coordenação



ajm  
[Signature]  
[Signature]

Estratégica e 2 integradas em unidade flexível de grau superior, sendo 9 unidades orgânicas de 2.º grau e 3 unidades orgânicas de 3.º grau, cobrindo as diferentes áreas, âmbitos e dimensões de atuação e intervenção dos órgãos e serviços municipais; -----

O número máximo de subunidades orgânicas (secções), dirigidas por Coordenadores Técnicos, no caso, 11 subunidades orgânicas integradas na estrutura dos serviços; ----

A atualização do organograma municipal, conforme Anexo III do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências (ROSMEC) e que dele faz parte integrante, apensado à presente Proposta. -----

**V. Alterações ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências (ROSMEC)** -----

Revisão integral do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e Competências (ROSMEC), de modo a: -----

Adequar as competências dos serviços à nova estrutura orgânica; -----

Clarificar funções, responsabilidades e articulação entre unidades orgânicas. -----

O novo ROSMEC passa a integrar a presente proposta, produzindo efeitos após: -----

Aprovação pela Câmara Municipal; -----

Aprovação pela Assembleia Municipal; -----

Publicação nos termos legais. -----

**VI. Impacto Financeiro e de Recursos Humanos** -----

A presente alteração não determina aumento substancial da despesa global com pessoal; -----

As alterações propostas assentam numa gestão mais eficiente dos recursos humanos existentes, sem prejuízo de eventuais ajustamentos futuros, devidamente fundamentados e enquadrados legalmente; ---Não resulta qualquer impacto negativo no equilíbrio orçamental do Município. -----

**VII. Proposta de Deliberação** -----

Nestes termos, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: -----

1. Aprovar a alteração da Estrutura Orgânica do Município, nos termos constantes do Anexo III do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências (ROSMEC), apensos à presente proposta; -----
2. Aprovar a revisão do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências (ROSMEC), e respetivos Anexos, apensos à presente proposta; -----
3. Submeter a presente proposta à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos legais; -----



----- A minuta da Alteração do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, dá-se como transcrita ficando cópia da mesma devidamente rubricada pelos membros do Executivo e arquivada na pasta correspondente a esta reunião. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a alteração e Reorganização dos Serviços do Município de Macedo de Cavaleiros, nos termos da proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara datada de 13.12.2025, e submete-la à próxima Assembleia Municipal para aprovação.”-----

*Votação: 4 (quatro) votos a favor (Sérgio Borges, Clementina Gemelgo, Cristina Pires e Leonardo Vila Franca) e 2 (duas) abstenções (Benjamim Rodrigues e Susana Viana).* -----

----- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para dizer: “Estamos a reorganizar para fazer melhor, não para gastar mais, esse é o objetivo, é uma prerrogativa que assiste ao Executivo usada várias vezes pelo anterior executivo sem uma organização interna, não há execução externa estruturas orgânicas eficientes não custam mais, custam melhor e adequar a estrutura orgânica é investir na capacidade de resposta aos nossos municípios. A reorganização é para servir melhor e não para trazer mais burocracia.” -----

----- **Abertas as inscrições, usou da palavra.** -----

-----  
**RUI ALEXANDRE SERAPICOS VILARINHO (PS)** fez a seguinte intervenção: “Um cumprimento à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia e à sua equipa e felicita-la, desejando-lhe sucessos na condução dos trabalhos. Sei que não é fácil e como disse há pouco humildemente o caminho faz-se caminhando, aprendemos todos uns com os outros mas acredito que a sucessão do Dr. Camilo está em boas mãos e acredito que vai fazer um bom trabalho garantidamente nestes 4 anos. -----

Cumprimentar também o Sr. Presidente da Câmara os Srs. Vereadores com pelouro os Srs. Vereadores sem pelouro, desejar-lhe também os maiores sucessos no exercício das funções sei que não é fácil tive essa experiência durante 8 anos mas acredito que de forma responsável, séria, íntegra coerente, honesta e acima de tudo resiliente vão conseguir dar o vosso contributo uns gostarão mais, outros menos, é assim a democracia e no fim cá estará o povo para nos avaliar. -----

Referindo-me agora à estrutura orgânica, concordo com a vossa organização concordarei eventualmente com alguma alteração que terão que fazer, se sentirem essa necessidade porque as estratégias desenvolvidas e as que vêm, são constantes isto é uma situação que ocorre diariamente e nós temos que colmatá-los e criar



defesas e estratégias para dar uma resposta rápida àquilo que se nos pede, portanto, se eventualmente tiver necessidade de fazer outra alteração, irão ter também a minha concordância. Mas se me permitem um pequeno reparo, e eu estou aqui a falar porque me senti na altura lesado e ofendido quando nós apresentámos em 2017 e em 2021 e depois quando fizemos mais alterações senti por parte de alguns Deputados da oposição na altura, críticas às vezes depreciações que não tinham grande cabimento mas, quer na forma, quer no número, o novo Executivo apresenta uma estrutura perfeitamente similar àquilo que foi apresentado no anterior Executivo e portanto, não vale a pena estarmos a criticar só por criticar como disse ali o meu amigo Sérgio Lameiras que falou muito bem. Se bem se recordam a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia na realização da primeira Assembleia Extraordinária apelou ao bom senso, mas não temos que fazer isso só quando estamos a governar temos que fazer sempre até porque, e eu apelo mais agora aos Deputados e aos Presidentes da Assembleia do PS que estão numa situação de oposição isto é efêmero porque hoje está o PSD, depois está o PS e eventualmente poderá vir uma lista independente ou poderá aparecer outro partido mas posturas menos corretas de qualquer Deputado desta Assembleia seja ele do PS ou do PSD, do CDS ou do Chega vai-se repercutir negativamente na sociedade e ninguém vai saber se foi do PS ou do PSD, foi da Assembleia e se nós queremos que a nossa imagem cresça um bocadinho porque precisa mesmo de crescer, carece desse crescimento temos que ter cuidado quando fazemos as nossas apresentações as nossas gestões, as nossas críticas temos que ser coerentes e educados porque as coisas acontecem. Vejo aqui uma situação em que fomos altamente criticados quando sugerimos uma alteração para a estrutura orgânica e agora temos uma estrutura muito parecida com uma diferente forma mas com um corpo parecido portanto, é só para dar nota que sim, concordo com o Sr. Presidente mas que estarei cá para concordar se tiver necessidade de alterar mas apelar a todos que tenham cuidado porque isto é efêmero. Por fim fazer um pequeno reparo ao Sr. Presidente em relação ao ponto anterior quando falou que em um mês e meio não pode fazer o que o anterior Executivo não fez em oito anos alterem um bocadinho a estrutura da frase porque o anterior Executivo, em termos fiscais, ajudou muito a população e quero acreditar que vocês tenham outra estratégia quero ajudar muito mais e muito bem e felicito-os por isso, mas o anterior executivo ajudou muito. --

---

**DIANA ISABEL BARREIRA ALVES (PSD)** - Fez a seguinte intervenção: "Quero começar por saudar a criação da Divisão da Agricultura e Desenvolvimento Rural, uma decisão que considero relevante para o futuro do nosso concelho. Com esta opção a



agricultura deixa de ser tratada como um mero apêndice técnico da estrutura municipal e passa a assumir um lugar próprio com capacidade de planeamento, de decisão e de intervenção estratégica. Trata-se de um sinal claro que o setor agrícola passa a ser encarado como aquilo que verdadeiramente é, um pilar da economia local, da coesão territorial e de identidade do nosso concelho. Esta nova Divisão permitirá com certeza uma abordagem mais estruturada, próxima, e eficaz junto dos Agricultores, das Associações e das Comunidades Rurais, criando condições para melhor aproveitar oportunidades de financiamento, apoiar a modernização do setor e responder aos desafios atuais desde as alterações climáticas à renovação geracional. Por isso, deixo aqui os parabéns ao Executivo por esta decisão que considero estruturante e estratégica para o desenvolvimento de Macedo de Cavaleiros. -----

**LUÍS MIGUEL OLIVEIRA PIRES CABRAL (PS)** fez a seguinte intervenção: “Deixar claro aqui este ponto. Não temos rigorosamente nada contra a necessidade de se fazerem estas alterações e de o Sr. Presidente as fazer. Só que, já que estamos aqui para votar a alteração, na nossa leitura está errado este ponto e este ponto deveria sair da ordem de trabalhos. Porquê? Porque o Decreto-Lei que Regulamenta a proposta não cumpre com o que está decretado no Decreto-Lei 305/2009. Esse sim é que faz e dá instruções ao Executivo para poder fazer e tomar as delegações que lhe compete fazer. O Sr. Presidente informa esta Assembleia dizendo “...eu quero fazer alteração ao organograma...” e procede a essa alteração em reunião de câmara e depois vem aqui dar essa informação. Mas queria antes de avançar, chamar-lhe a atenção aqui para duas situações e considero de todo pedagógico a minha intervenção não estou aqui a dizer nada contra, como disse inicialmente o Sr. Presidente fará as alterações que bem entender porque está no seu pleno direito. Relativamente à análise que nós fizemos do documento tenha em atenção que o Decreto-Lei 20/2009 diz que os Gabinetes Técnicos Florestais devem fazer parte deste organograma do Município e não está naquele que nos apresenta e portanto deu-nos um documento que eventualmente não deveria ter dado a conhecer, ou melhor deveria ter dado a conhecer já com ele aprovado em reunião de câmara. Depois terá que incluir este Gabinete Técnico Florestal porque ele faz parte o Decreto-Lei de 20/2009 que diz que ele tem que constar do seu organograma, e depois já relativamente ao Veterinário, ele no seu organograma aparece afeto à nova Divisão da Agricultura, mas, de acordo com a Lei, ele tem que estar debaixo da alçada do Sr. Presidente da Câmara Municipal. O que diz o Decreto e eu posso ler, “...os médicos



veterinários municipais dependem funcional e hierarquicamente e disciplinarmente do Presidente da Câmara Municipal ou do Vereador ou trabalhador com competências delegadas”, portanto, este Decreto-Lei 20/2019 aconselho-o, e eu depois posso partilhar consigo os documentos se eventualmente tiver interesse. Não tendo nada contra esta questão da alteração porque poderá fazê-la e deve fazê-la, se é esse o seu entendimento que vai melhorar o que são os serviços e aquilo que o Município presta aos seus munícipes, mas terá que forçosamente cumprir com as demandas que a legislação entende” -----

-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu às questões suscitadas pelos Srs. Deputados Municipais dizendo: “No que concerne ao ROSMEC, acho que conhecido o Organograma, a Alteração da Estrutura Orgânica do Município é uma escolha e um direito do Executivo, como foi de Executivos anteriores e que alteraram várias vezes a estrutura como disse e bem agora o Deputado Rui Vilarinho, esta alteração foi feita na expectativa de melhorar a eficiência dos serviços municipais, obviamente concorde-se ou discorde-se da opção tomada. É uma opção que assumimos mas que a Sra. Vereadora com a área dos Recursos Humanos poderá se calhar explicar melhor. No que em relação ao Deputado Miguel Cabral falou da afetação do Veterinário Municipal à Divisão da Agricultura, com o devido respeito não alcanço o porquê da pergunta e não há nada que impeça que o Veterinário Municipal esteja afeto à nova Divisão da Agricultura como está previsto no ROSMEC, desde que seja respeitada a sua autonomia técnica e funcional que em momento algum se põe ou se pôs em causa. O Veterinário Municipal exerce entre outras funções na área da saúde pública veterinária segurança alimentar, sanidade e bem-estar animal, controlo dos UNUDES apoio ao setor pecuário e agroalimentar e licenciamento e fiscalização de atividades com impacto sanitário. Estas matérias enquadram-se naturalmente na divisão da agricultura, desenvolvimento rural, pecuária, agroindústria, por isso repito que não vejo qualquer impedimento que assim seja desde que seja salvaguardada a sua autonomia técnica e funcional, nas matérias que a Lei o exige sendo que a mesma está integrada numa Divisão hierárquica não vai receber ordens técnicas que contrariem a Lei ou as suas competências até próprias. Enquanto a autoridade sanitária como tal, como disse, não há qualquer impedimento no meu entender. -----

-----

----- **A Sra.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra à **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Cristina Pires**, que fez a seguinte intervenção: “Não tenho muito a dizer neste momento, dizer só que a nova Estrutura Orgânica da Câmara foi pensada de



3)3  
Lup.  
forma estratégica e responsável, tendo sempre como prioridade a valorização dos nossos trabalhadores. Neste momento não é fácil avaliar de uma forma correta a maneira como devemos reorganizar o nosso município, portanto teremos o tempo para reorganizar melhor e neste momento foi a nossa estratégia e foi aquela que apresentamos. E o nosso lema é claro, é valorizar sempre os nossos trabalhadores e reconhecer o seu mérito.” -----

**RUI ALEXANDRE SERAPICOS VILARINHO (PS)** - No uso da palavra disse: “O que está aqui em causa não é a estratégia que vocês adotaram para reorganizar. Não é nada disso, respeitamos na íntegra. O que está aqui em causa e que me pareceu que o Deputado Miguel Cabral quis dizer é que sempre ouviu falar que o Veterinário Municipal estava sempre diretamente ligado ao Presidente e depois é que o Presidente pode imputar essa responsabilidade ao delegar num Chefe de Divisão. Eu tenho algum receio de votarmos uma situação que pode não ser legal. Só isso e nada mais. Ninguém aqui vai votar desfavoravelmente penso eu. É só a questão de vermos se esse pelouro fica diretamente ligado, à área da Agricultura ou ao Sr. Presidente, eventualmente se houver necessidade de fazer uma alteração e depois será delegada no Chefe de Divisão. É só apurar isto com alguma certeza para que não façamos alguma ilegalidade. -----

----- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** disse: “Então em resposta a Sr. Rui Vilarinho, reitero o que foi dito e que não há nenhuma ilegalidade. Logo, como eu costumo dizer, permita-me uma expressão? É um não assunto. Em relação à questão de estar sobre a alçada do Presidente, o ROSMEC lá em cima começa com o Presidente.-----

----- **A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal** disse: “Como vos disse há pouco, é mais fácil estar aí do que estar aqui. Mas o que eu aprendi quando estava aí e com a pessoa que aqui estava havia coordenação e não havia confusão, só por haver. Por isso eu agradeço-vos todo o vosso empenho e que haja cordialidade”. -----

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 41 votos a favor e 19 abstenções, aprovar, a proposta nos termos apresentada, pela**



**Câmara Municipal de Alteração e Reorganização dos Serviços do Município de Macedo de Cavaleiros. -----**

**ALFREDO CARLOS PRETO FERNANDES (PS)** - Fez a seguinte declaração de voto:  
“A minha declaração de voto prende-se com o seguinte a abstenção prende-se apenas com uma questão, e penso que não foi entendido pela Mesa aquilo que a bancada do PS disse. O que nós dissemos foi que devia vir a esta Assembleia o organograma já aprovado em reunião de Câmara, por isso é que nós nos abstivemos, porque senão teríamos votado a favor. Nós somos a favor, não temos nada contra, mas o que diz a Lei é que devia ter sido primeiro aprovado em reunião de Câmara e depois vir aqui. É isso que a Lei diz e por isso é que nós nos abstivemos.” -----

**6 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO DE 2025 – 20.ª ALTERAÇÃO – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA a), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----**

----- **A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à consideração do plenário a deliberação da Câmara Municipal de 17.12.2025, que se transcreve. -----  
“DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2025 – 20.ª ALTERAÇÃO – PROPOSTA: DELIBERAÇÃO -----

Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal que se transcreve: -----  
“ O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, instituiu o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública nela se incluindo a Administração Local. --  
A NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental - trata, entre outras matérias, da questão das alterações orçamentais, constituindo um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à sua execução. -----  
Os ajustamentos que, neste momento, carecem de ser feitos aos Documentos Previsionais do ano em curso determinam o procedimento de uma **alteração orçamental modificativa**, uma vez que se procede ao aumento e/ou diminuição de receitas, anulação de projetos/ações do Plano de Investimentos e aumentos e/ou diminuições de projetos/ações do Plano de Atividades. -----



ITEM	ALTERAÇÃO		Número Rubricas	IMPORTÂNCIAS	
	Tipo	Número		Aumentos (1)	Diminuições (2)
Despesa	ROD	5	138	15.767,07	-8.099.577,69
Receita	ROR	5	26	95.772,19	-8.179.582,80
PPI	RPI	5	104		-5.091.249,46
PAM	RPA	5	198	15.767,07	-1.009.891,47

Face ao exposto, em anexo, junto os mapas que evidenciam esta modificação, propondo que a Câmara Municipal aprove a presente proposta e, para cumprimento do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea c) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, na sua redação atual, a submeta a aprovação da Assembleia Municipal.” ----

Os Documentos Previsionais do Ano de 2025 – 20.ª Alteração, dão-se como transcritos ficando cópia dos mesmos devidamente rubricados pelos membros do Executivo e arquivados na pasta correspondente a esta reunião. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta referente à 20.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano de 2025, e submete-la a aprovação da Assembleia Municipal.” -----

----- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** fez a seguinte intervenção: “No que diz respeito ao ponto 6 da ordem do dia, o que está em causa é a correção da sobre orçamentação no valor de cerca de 8 milhões de euros. Inscreveram-se receitas para poder aumentar as despesas mas como não se conseguiram executar as obras correspondentes há esta obrigação de rever o orçamento de 2025 em baixa. A receita emolada que o Executivo anterior sabia de antemão não ter, não passando de uma operação contabilística condenável da nossa parte. Não basta candidatar de forma desenfreada há que saber a que se candidata, a maturidade dos projetos a que se candidata e a real capacidade de os executar e isso o executivo anterior não assegurou. E quando falo em capacidade de execução falo na taxa de comparticipação que o município teria de assegurar e claro pagar, coisa que o anterior Executivo não acautelou.” -----



MJM  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

-----  
**LUÍS MIGUEL PEREIRA VAZ (PS)** - Fez a seguinte intervenção: “Eu nem era para intervir neste ponto, ia falar no ponto seguinte e a verdade é que na minha experiência nisto (e alguém que me foi muito querido dizia) *“eu não quero que me digam se tenho ou não tenho dinheiro para fazer isto eu quero é fazer isto e depois vou à procura do dinheiro.”* Por isso muitas das vezes, pode acontecer o que aconteceu que por acaso não se conseguiu e muito do que está lá foi por obra não executada pelos motivos que vocês depois justificam no orçamento a seguir, mas estes beliscões não ficam bem. Mas já agora eu também queria dar o meu beliscão só lembrando aqui uma coisa: em 2001 quando a câmara mudou penso que também deixaram aqui muitos projetos em “Águas de Bacalhau” e se calhar também não tinham maturidade e um deles foi o Parque da Cidade que ficou a maturar 16, 17, 18 anos e agora já o fizemos e mais uma vez não é uma crítica. O Orçamento é um documento político e na política tem que haver aqui umas picardias mas nada em relação ao nosso concelho o que nós queremos é que vocês façam e que nos deixemos aqui destas politiquices.”-----

-----  
**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu “Só dizer que em relação aos beliscões, os beliscões políticos ficam bem mas neste caso, Luís Vaz, permita-me dizer-lhe que peca um bocado por irresponsabilidade uma vez que a maturação dependerá da existência do dinheiro da parte que Município tem de assegurar.”-----

-----  
**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 45 votos a favor, 1 voto contra e 14 abstenções, aprovar a Proposta referente à 20.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano 2025.**-----

**7 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2026 – PROPOSTA DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 25.º, N.º 1 ALÍNEA a) DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL**-----

----- **A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração da Assembleia Municipal a deliberação da Câmara Municipal de 17.12.2025, que se transcreve.-----

“ **DOCUMENTOS PREVISIONAIS E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2026 – PROPOSTA: DELIBERAÇÃO**-----



Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 13.12.2025.-----

“ Considerando que: -----

1. O Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano constituem os principais instrumentos de planeamento, programação e gestão da atividade municipal, traduzindo, em termos financeiros e operacionais, as opções políticas e estratégicas do órgão executivo; -----

2. A elaboração do Orçamento Municipal obedeceu aos princípios da legalidade, da prudência, do rigor e da transparência orçamental, em conformidade com o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e demais legislação aplicável; -----

3. O Orçamento agora apresentado assenta numa avaliação realista da capacidade financeira do Município, evitando práticas de sobre orçamentação da receita e assegurando uma correspondência efetiva entre as previsões inscritas e a sua concreta exequibilidade; -----

4. A sua elaboração teve necessariamente em conta os constrangimentos existentes ao nível da execução de candidaturas a fundos comunitários, designadamente os prazos de execução física e financeira, bem como as atuais dificuldades do mercado da construção, traduzidas na escassez de empreiteiros e na repetição de procedimentos concursais desertos; -----

5. O presente Orçamento reflete ainda condicionamentos resultantes de opções, compromissos e investimentos assumidos em exercícios anteriores, alguns dos quais não se encontram plenamente alinhados com as prioridades estratégicas definidas pelo atual Executivo Municipal; -----

6. Não obstante, a proposta de Orçamento Municipal ora apresentada assegura a continuidade da ação municipal, a estabilidade financeira do Município e o cumprimento das obrigações legais, permitindo uma gestão responsável e prudente dos recursos públicos, até à reavaliação e ajustamento do Orçamento, através dos instrumentos legalmente previstos, de modo a aproximar progressivamente este documento das opções programáticas e estratégicas sufragadas pelos munícipes; -----

Nestes termos propõe-se que a Câmara Municipal delibere: -----

1 - Aprovar a Proposta de Orçamento Municipal para o ano económico de 2026 bem como as Grandes Opções do Plano, os respetivos mapas orçamentais e demais documentos previsionais nos termos dos documentos anexos, que fazem parte integrante da presente proposta; -----



2- Submeter a presente proposta de Orçamento Municipal para o ano económico de 2026 bem como as Grandes Opções do Plano, os respetivos mapas orçamentais e demais documentos previsionais nos termos dos documentos anexos, que fazem parte integrante da presente proposta, à apreciação e votação da Assembleia Municipal nos termos do artigo 33º n.º 1 alínea c) do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Os Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal para o ano de 2026, dão-se como transcritos ficando cópia dos mesmos devidamente rubricados pelos membros do Executivo e arquivados na pasta correspondente a esta reunião. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta dos Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal para o ano de 2026, nos termos em que é formulada e, para cumprimento do disposto no n.º 1 alínea c) do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, submete-la a aprovação da Assembleia Municipal. -----

*Votação: 4 (quatro) votos a favor (Sérgio Borges, Clementina Gemelgo, Cristina Pires e Leonardo Vila Franca) e 2 (dois) votos contra (Benjamim Rodrigues e Susana Viana).* -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que fez a seguinte intervenção: “Em relação ao ponto 7 o Orçamento Municipal para o ano económico de 2026 ascende a 36.568.218,40 euros sendo composto no que concerne às receitas: receita corrente 24.838.797,41 euros correspondem a 68% do total da receita, a receita de capital 9.673.102,83 euros correspondente a 26% do total da receita no que diz respeito a passivos financeiros 2.056.318,16 euros correspondente a cerca de 6% do total da receita por sua vez, no que diz respeito às despesas as despesas correntes 23.791.860,33 euros que correspondem a 65% do total da despesa, as despesas correntes capital 12.015.737,41 euros que correspondem a 32% do total da despesa e por fim, no que diz respeito a passivos financeiros das despesas 760.620,66 euros que correspondem a 2% do total da despesa Esta proposta orçamental que hoje aqui apresentamos encontra-se fortemente condicionada por opções políticas do anterior executivo municipal resultado da conjugação de vários fatores. Primeiro que tudo, condicionado pela existência de candidaturas com baixas taxas de comparticipação de fundos comunitários efetivamente, não pondo em causa o mérito das candidaturas, algumas apresentam baixas taxas de comparticipação comunitária impondo ao município encargos de grande magnitude desajustados da sua capacidade de tesouraria. A título de exemplo e sem prejuízo da manutenção de execução de algumas das designadas



operações, veja-se, a construção da base de apoio logístico (BAL), possui uma taxa de comparticipação de apenas 39% do investimento total no valor de 2.276.778,72 euros transferindo para o município a responsabilidade por 61% do custo total da obra no montante de 1.385.640,95 euros, a obra já foi adjudicada e que o Executivo Municipal pretende dar continuidade sem prejuízo dos custos elevados no sentido de afirmar definitivamente Macedo Cavaleiros como um centro neurálgico operacional da Proteção Civil na gestão integrada de meios e apoios contínuo a operações de emergência no território municipal e intermunicipal regional. Outro exemplo, a Casa da Malha e da Ceifa em Morais representa um investimento total de 602.975,37 euros compartilhado pelo Fundo do Baixo Sabor em apenas 192.500 euros, ficando os restantes 410.475,37 euros a cargo do município, não obstante o reconhecimento, o mérito cultural e o interesse recreativo da obra em causa a mesma não integra as prioridades estratégicas ora definidas para o início do presente ciclo autárquico pelo que, de momento a sua execução ficará em suspenso mobilizando este Executivo Municipal esforços para que a verba atribuída se mantenha cativa e alocada a um projeto alternativo e com maior viabilidade financeira. O procedimento concursal aberto anteriormente ficou deserto, por falta de concorrentes. Outro, a reabilitação e a ampliação das naves do Parque Municipal das Exposições, estamos a falar de um custo total de 5.169.886,17 euros compartilhado pelo Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional (FEDER) em apenas 2.400.000 euros ficando os restantes quase 3 milhões 2.769.886,17 euros a cargo do município, ora bem, trata-se de uma obra com dimensão financeira incomportável para o município sem prejuízo do reconhecimento da necessidade da intervenção do edificado isso não está em causa a candidatura tem uma dimensão de adaptação do edificado a eventos culturais, ficando condicionada a prática nas instalações de atividades desportivas que como vocês sabem, há grande adesão nas naves, pelo que se impõe um projeto alternativo adaptado às necessidades de requalificação e da população e, paralelamente, à capacidade financeira do município. O procedimento concursal aberto anteriormente ficou deserto também por falta de concorrentes. Seguinte, requalificação da entrada Nascente de Macedo Cavaleiros com um custo total de 717.582,31 euros com participado pelo FEDER também, em apenas 167.434,76 euros ficando os restantes 550.147,55 euros a cargo, mais uma vez, do município. Trata-se de uma obra necessária pelo que, não obstante, o encargo financeiro que representa para o município a mesma será executada impondo necessariamente, obviamente, cortes noutros projetos. No que diz respeito à reabilitação da Casa da Fábrica da Igreja com



Handwritten signature and initials in the top right corner.

um custo total de 787.613,36 euros compartilhado também pelo FEDER em apenas 400.000 euros ficando os restantes 387.603,36 euros a cargo do município. Mais uma vez, o procedimento concursal aberto anteriormente ficou deserto por falta de concorrentes. Passamos ao projeto de conservação da natureza, biodiversidade e património natural do Azibo com um custo total de 1.174.918,49 euros, com a data de fim prevista para 31 de julho de 2026 e no âmbito do qual se prevê a construção de um parque de estacionamento como investimento de grande mostra quando os terrenos a implantar, salvo uma exceção não são propriedade ainda do município. Depois deste orçamento como vocês podem verificar está condicionado em virtude da calendarização e dos prazos de execução das obras irrealistas e apertadas. Do ponto de vista técnico-financeiro a execução integral e simultânea de todas as candidaturas no exercício 2026-2027 não é compatível com a estrutura do orçamento municipal sem recurso a empréstimo. Sendo que a solução de recurso a empréstimo bancário para suprir a participação do município nos projetos candidatados ainda que excepcionada para efeitos de contabilização de endividamento não é solução a considerar no imediato. Dadas todas as burocracias inerentes à contratação de empréstimos não se relando compatível com os prazos de execução das obras integradas nas candidaturas, uma vez que se em julho há uma delas que teria que estar terminada obviamente que este empréstimo não chegaria a tempo. A concentração de prazos de execução em 2026 resultante de decisões tomadas em mandatos anteriores gera um pico de despesa incompatível com a capacidade anual de execução económica do município. E a tentativa de executar todas as candidaturas em simultâneo implicaria riscos elevados e poderia gerar uma situação de eventual rotura da tesouraria promover o incumprimento contratual e pôr em causa o funcionamento regular dos nossos serviços municipais. Em terceiro lugar, verifica-se também a ausência de maturidade de alguns projetos. O exemplo claro disso mesmo é a candidatura já referida em cima da paisagem protegida de Albufeira do Azibo com um investimento de cerca de 1 milhão de euros sendo a ação com maior dotação a construção de um parque verde uma bolsa verde de estacionamento sendo que dos 8 prédios, como já referi, apenas um é da propriedade do município os outros terrenos encontram-se ainda em fase de negociações sendo que um deles integra uma herança sem que tenha sido feita qualquer contacto com os donos. Mais, a quando da submissão da candidatura na parte de fazer prova da legitimidade da posse dos terrenos provar que a Câmara realmente é dona dos terrenos anexa-se o plano de ordenamento da paisagem protegida o que é só, no meu entender, inadmissível. À semelhança do que já havia acontecido com a Eira do Careto em Podence isto é



começar a casa pelo telhado fatores que obviamente condicionam, como podem ver, todo o orçamento. Tal como está condicionado de igual forma pela conjuntura do mercado e agora refiro-me à construção civil da falta de mão-de-obra que leva a concursos públicos à causa da adjudicação de obras que fiquem, como vimos aqui, desertas como foram, o exemplo, o caso do pavilhão da Ceifa e da Malha em Morais as naves do Parque Municipal de Exposições ou mesmo a Casa da Fábrica da Igreja. Por último, mas não menos importante diga-se que este orçamento está também condicionado por uma grande rigidez, pois 68% do total da receita destina-se a assegurar o funcionamento normal do município incluindo aqui despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços essenciais, transferências obrigatórias e encargos financeiros. A sua utilização para financiar de forma massiva despesa de investimento não elegível colocaria em causa o equilíbrio orçamental e a sustentabilidade financeira da nossa autarquia. A receita de capital, embora relevante não cobre integralmente as necessidades de financiamento desde logo e porque uma parte significativa corresponde a fundos comunitários pagos á posteriori, exige capacidade de pré-financiamento municipal e não elimina a necessidade de assegurar a componente não elegível dos projetos candidatados a creste que o município já apresenta passivos financeiros relevantes que reduzem ainda mais a margem de manobra disponível. Todos estes fatores originaram uma rigidez orçamental significativa e pouca folga financeira, limitando a margem de intervenção deste atual executivo. A execução do Orçamento de 2025 que exigiu agora uma revisão em baixa de cerca de 8 milhões de euros e que aprovamos no ponto anterior da ordem do dia evidenciou um desfasamento entre a programação financeira e a capacidade real de execução administrativa técnica e económica. Para evitar a repetição deste cenário, o orçamento de 2026 foi concebido com base em critérios de prudência realismo e sustentabilidade apresentando assim um valor global e inferior ao Orçamento Revisto de 2025. A opção de reprogramar fasear e priorizar os projetos não resulta da falta de ambição mas sim de um exercício de responsabilidade e de prudência. O executivo opta neste momento por adiar ou reavaliar projetos que se revelem financeiramente incomportáveis ou mesmo tecnicamente inviáveis no atual contexto sem prejuízo da intenção de os poder vir a reintegrar futuramente numa revisão mediante a renegociação dos prazos de execução das taxas de comparticipação comunitárias e da reformulação dos projetos ou avaliação da capacidade de recurso a financiamento próprio e contratação de empréstimos. Esta abordagem visa evitar falsas expectativas salvaguardar a estabilidade financeira do município e assegurar o cumprimento dos



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the date '21/12' and several illegible signatures.

princípios da transparência, da boa gestão pública e, acima de tudo, da veracidade orçamental. A reprogramação e a hierarquização dos investimentos é, neste momento, uma necessidade objetiva destinada a salvaguardar o equilíbrio financeiro do município, a continuidade dos serviços públicos e o interesse de todos os nossos munícipes. O orçamento é um instrumento de autorização de despesa mas não garante, atenção, por si só, a liquidez imediata nem capacidade de execução simultânea de todos os projetos. Posto isto, este executivo está a trabalhar no sentido de controlar a despesa corrente com a criação e a implementação de uma nova norma de controlo interno, tendo em vista melhorar a eficácia, a eficiência e a boa gestão do município. Está a trabalhar no sentido de reprogramar e hierarquizar algumas das candidaturas que foram aprovadas para tomar diligências junto das entidades gestoras no sentido de renunciar os prazos de dedução e taxas de comparticipação dos fundos comunitários, de ponderar a contratação de novo empréstimo, nomeadamente junto do Banco Europeu de Investimento, se assim for realmente necessário, e, por último, a reavaliar as obras inscritas no empréstimo de 2 milhões de euros para as freguesias, com a necessidade de um novo visto do Tribunal de Contas. O executivo aguarda respostas de entidades externas e, por isso mesmo, este orçamento é um orçamento transitório, logo temporário. O executivo conta que até Abril se faça a revisão deste orçamento, até porque algumas das opções políticas tomadas no passado não correspondem às prioridades estratégicas definidas por mim e pela minha equipa. E não nos escondemos, nem nos furtamos ao trabalho, nem às eventuais críticas. Podíamos ter feito como o município de Bragança e não apresentar o orçamento, passando a governar em gestão corrente, ou podíamos também, à semelhança do que foi feito em 2025 e anos anteriores, ter empolado artificialmente a receita em 8 milhões de euros, prever obras para todas as freguesias e, no final de contas, não as executar. Mas não é esse o nosso propósito, nem é assim que queremos governar. Assim, embora o documento que ora apresentamos para a discussão e deliberação da Assembleia Municipal não traduza ainda, na sua totalidade, o orçamento que este executivo idealiza para o município, constituir, como é óbvio, um ponto de partida, um instrumento transitório de gestão, com rigor e trabalho, e o projeto deste executivo para todo o concelho de Macedo Cavaleiros.” -----

----- **Abertas as inscrições, usaram da palavra.** -----

**EURICO JOSÉ GONÇALVES AFONSO (PS)** - Que fez a seguinte intervenção: “A verdade é que este Orçamento, a maior mudança que apresenta, é mesmo quem o

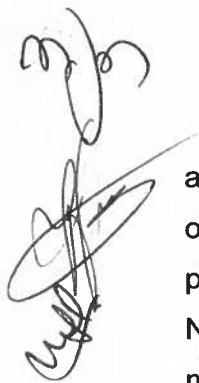


assina após um período eleitoral. Temos documentos que mostram um plano plurianual de investimentos quase idêntico ao 2025 e um plano de atividades municipais sem projetos novos que mantém níveis de apoio semelhantes aos do executivo anterior. Portanto, estamos na prática perante o reconhecimento do bom trabalho do anterior executivo e da anterior gestão. No entanto, podemos ver em exemplos concretos, nomeadamente nas GOPs, nas grandes opções do plano, que se preveem ao nível das freguesias um investimento total de 3.770.726 euros. Ora, deste montante, cerca de 3 milhões de euros transitam em 2025, sendo que o novo investimento cifra apenas em 170 mil euros, isto é, 5,3% do total de investimento. Claro, com um valor tão baixo, significa que há freguesias que são esquecidas. Ainda assim, se não fossem alguns esquecimentos e a suspensão de projetos anteriores, poderíamos afirmar que estas grandes opções do plano seriam exatamente as mesmas de 2025. Efetivamente, é nestas suspensões que está a maior surpresa, investimentos que ficam suspensos com a justificação de que poderiam gerar condicionamentos estruturais, nomeadamente pelas razões que o Sr. Presidente identificou, a verdade é que nós não sabemos se todos os investimentos falham nos critérios elencados pelo Sr. Presidente ou se, por outro lado, uma falha num dos critérios condiciona todos os investimentos e leva à sua adicional correção, reposicionamento ou racionalização financeira. Sr. Presidente, eu recordo-lhe que em 2017, quando o executivo anterior tomou posse, a Câmara tinha em dívida cerca de 19 milhões de euros, mais concretamente, 18,8 milhões de euros. Hoje, há uns meses, o Sr. Presidente tomou posse e a Câmara tem em dívida cerca de 9 milhões de euros. Perante isto, não entendo, em conformidade com as melhores práticas de gestão financeira, porque é que este orçamento não aproveita tanto a folga existente quanto a capacidade de contrair empréstimos. A suspensão dos projetos já contratualizados, na ordem dos 7,7 milhões de euros, faz jus ao que prometeram durante a campanha, ou seja, menos betão, mas não vemos a aposta nas pessoas, pois os apoios que concedem são da mesma ordem de grandeza dos atribuídos pelo anterior. O que vemos é uma verba na ordem de 1,5 milhões de euros para festas, festinhas e ficamos a saber que para feiras, Sr. Presidente, as festas são necessárias, é verdade, mas na fase em que estamos de implementar projetos do PRR do Norte 2030, talvez estes devam ter a prioridade. Talvez a folga financeira que herdaram deva ser direcionada para estes e outros projetos e não suspender ou cancelar. Os macedenses estão habituados a que os juízes executivos tenham sucesso, como reconhece na sua introdução ao orçamento, a obter candidaturas de fundos comunitários e não a



suspender ou anular candidaturas já aprovadas, por outro lado, disse-nos que alguns dos compromissos anteriores não estão alinhados com os compromissos e as prioridades estratégicas do atual executivo. Eu pergunto quais são afinal as prioridades estratégicas? É que, sinceramente, não consegui identificá-las nestes documentos e, como tal, não me é permitido comprovar que os investimentos que suspendem não são reflexo das vossas prioridades. Digo isto, claro, sem colocar em causa a vossa legitimidade política. Venceram as eleições e têm todo direito a repensar a estratégia do município. No entanto, por uma questão de organização interna, gestão de expectativas dos macedenses e, sobretudo, transparência, estas prioridades deveriam, claramente, estar definidas e publicamente assumidas. Pois, caso não as conheçamos, poderemos, nos próximos 4 anos, encontrar situações como as que encontramos neste Orçamento. Por um lado, o executivo fala-nos da responsabilidade e prudência financeira. Por outro, diz-nos que está previsto no Orçamento Municipal uma dotação orçamental específica e devidamente quantificada, permitindo a implementação efetiva e sustentável do sistema de teleassistência. Ainda que tenha esclarecido a senhora deputada Daniela Rebelo, eu não sei se estes sistemas e serviços que são muito importantes estão integrados num projeto mais amplo ou se coincidem ou colidem até com projetos de assistência social já existentes. Senhor Presidente, não se comece à casa pelo telhado. Para terminar, o que este Orçamento nos revela não é apenas prudência e responsabilidade financeira, revela, sobretudo, a ausência de uma visão estratégica claramente assumida e, sem prioridades definidas, arriscámo-nos a passar quatro anos a suspender projetos em vez de os concretizar. Por isso, aquilo que aqui deixo não é uma crítica, mas sim um pedido claro, que o executivo clarifique as suas prioridades estratégicas, que explique de forma transparente os critérios de decisão que utiliza e utilize a folga financeira para executar e não adiar projetos que o concelho necessita.” -----

**DANIELA DE ALMEIDA REBELO (CDS)** – Que fez a seguinte intervenção: “Permita-me que faça aqui um resumo muito sintético da explicação detalhada que fez para poder expor as minhas questões. Portanto, da nota introdutória e enquadramento das grandes opções do Plano e Orçamento 2026, é possível identificar com bastante clareza quais os grandes projetos que são mantidos e quais os que ficam suspensos, abandonados, pelo menos nesta fase do Orçamento 2026. Gostaria de salientar que a distinção decorre essencialmente de critérios de viabilidade financeira, taxa de participação, maturidade do projeto e capacidade real de execução. Também está fundamentado que não se trata, na maioria dos casos, de abandono definitivo, mas de



adiamento ou suspensão por inviabilidade financeira e operacional no atual ciclo orçamental. Resumidamente, entre os grandes projetos suspensos e abandonados para 2026, contamos com a Casa da Malha e da Ceifa, a ampliação do Parque das Naves, e note-se que esta intenção já teve dois projetos que custaram cerca de 170 mil euros, projeto de conservação da natureza, biodiversidade e património natural do Azibo, reabilitação da Casa da Fábrica da Igreja. Em grosso modo, o município não vai ter encargos de 4,5 milhões de euros. Ok, ficam suspensos para nova alocação., contudo, o Orçamento 2026 também mantém projetos caros, mas considerados estratégicos e exequíveis, assim como muitos dos novos projetos, sobretudo sociais e organizacionais, e tenta evitar investimentos de grande escala financeira considerados incomportáveis, nomeadamente estes projetos que serão abraçados, base de apoio logístico, requalificação da entrada nascente, o BUPI, a teleassistência e a reestruturação orgânica do município. Ora, estes projetos representam encargos de cerca de 2 milhões, contudo parte destes projetos tem custos previstos, mas não estão discriminados, estão incluídos noutras alíneas. Duas questões. Atendendo ao ênfase dado ao, pelo menos nesta fase, do orçamento de 2026, quais os que deixarão de ficar suspensos, num primeiro momento, isto é, se a estratégia de governação há 4 ou 8 anos já prevê o retomar de algum, designadamente no que respeita à albufeira do Azibo. Pois, atendendo que, sublinho, não é um edifício, e atendendo que sempre foi considerada uma das pérolas do nosso concelho, e sobretudo por ser uma pérola da e na natureza, a falta de cuidado, investimento e visão poderão acarretar riscos económicos, nomeadamente a perda da atividade turística, a desvalorização do território enquanto destino e custos futuros como a perda de financiamento associado a programas ambientais ou turísticos, que exigem manutenção e investimentos contínuos. Isto é, vamos continuar a divulgar o nosso Azibo e não investir nele, ainda que seja uma situação controlada, prevê-se algum cuidado estratégico no futuro próximo, se sim, como? E, por último, relativamente a todos os projetos que ficaram suspensos, gostaríamos de colocar a questão se existe algum risco de algum compromisso já assumido no passado acarretar qualquer tipo de custo indemnizatório.” -----

-----  
**VICTOR MANUEL DE ALMEIDA NUNES DOS SANTOS (CHEGA)** – Que fez a seguinte intervenção: “Eu pedi a palavra só pelo simples facto de me conhecerem, pois muitos não me conhecem, e posso dizer que estive atento a todas as deliberações e comentários. Eu lamentavelmente só tive acesso aos documentos por



uma questão de me terem enviado os documentos num sistema de um ficheiro que eu não estava habituado, e consegui imprimir hoje que alguém me facultou. Estive a fazer o trabalho de casa, mas não consegui acabar, mas podem ficar assentes que o Deputado eleito pelo Partido Chega estará sempre recetivo para os melhoramentos deste concelho, onde eu vivo cerca de 50 anos, onde nasceram os meus três filhos, só um é que está cá, dois emigraram, mas têm muito amor à terra e eu, da minha parte, também fui professor aqui na Escola Secundária, fui professor no Ensino Técnico Profissional na parte Agrícola, fui gerente de uma casa grande e dediquei toda a minha vida ao desenvolvimento deste concelho. Por isso, da minha parte, eu vou analisar em pormenor certos assuntos. Devo já alertar ao Sr. Presidente da Câmara que a minha Freguesia parece que ficou sem qualquer participação da Câmara, pelo menos escrito. Queria falar, quando chegar uma altura de uma sessão, se estão a pensar nos caminhos rurais, se o PPR pode ou não vir ainda a ser utilizado, porque nós vemos hoje um desenvolvimento agrícola lento, mas a maior parte dos agricultores estão equipados com máquinas muito caras e os caminhos estão todos desgraçados. As juntas aplicam ações verbas para recuperar as escolas. Acho que se deve criar um gabinete próprio, nem que seja contratado por especialistas, para que neste curto período de tempo ainda consigamos remediar os caminhos do nosso concelho.” -----

**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** - Que fez a seguinte intervenção: “Isto é um documento político e já o assumiu aqui, mas há aqui prioridades que estão esquecidas. Os investimentos das candidaturas é uma opção política. Eu também gostava de saber depois como é que vamos fazer depois? E quais são as prioridades? Agora há uma questão que nós temos e parece que já toda a gente se esqueceu que é a água. Nós melhoramos muito em 8 anos, mas mesmo assim ainda estamos muito mal. E parece-me que este executivo se esqueceu. Aqueles 10 milhões que ficaram em dívida foi provocado por isso. O anterior executivo fez bastante trabalho nisso, mas não fez todo. Mesmo assim dá umas perdas para 50%. E aquelas obras que se fizeram em Castelãos e que se fizeram em outras freguesias, são necessárias em várias freguesias e não constam aqui no Orçamento. A Habitação Social os 4 milhões estavam lá, eu sei que não houve uma prioridade mas também ficaram lá. Eu acho que isto é um orçamento chamado stop. Parou e agora não saímos daqui. Porque Mogadouro tem um orçamento de 34 milhões. Mirandela tem 43, Carrazeda tem 33 milhões de orçamentos para 2006. E nós falamos tanto aqui, ouvíamos dizer à oposição que nas naves queriam 8 milhões de euros que aquilo era pouquinho, e



agora nem os 5 milhões vamos fazer. Paramos. Se calhar paramos propositadamente para depois daqui a 2 anos lançar as obras e depois acontecerem na hora certa que acho que aí a nível de marketing e a nível política é mais sério. Agora pense, Sr. Presidente, a questão da água é muito importante porque o município ainda não está totalmente recuperado e vocês sabem disso. Eu queria deixar também aqui um reparo sobre o pacote fiscal durante os 8 anos houve sempre um mínimo. E agora há uma coisa que este Governo já emitiu que é o IMI vai subir 7% para casas reabilitadas e novas, depois pode-se tirar 2%, tenham atenção a isso.” -----

**ALFREDO CARLOS PRETO FERNANDES (PS)** - Fez a seguinte intervenção: “A minha intervenção é muito breve e prende-se com a base de apoio logístico. Eu queria só deixar nota de que havia por parte do Ministério da Administração Interna o compromisso de dar para esta obra 500 mil euros e era para saber se o Sr. Presidente tem nota disso e que está a tratar das diligências para que esse dinheiro não fique esquecido.” -----

**LUÍS MIGUEL PEREIRA VAZ (PS)** – Que disse “No seguimento da última intervenção, estamos a falar de um documento político, é tranquilo estamos a falar de uma transição de executivos e estamos a falar de uma herança que vocês receberam, fazendo aqui uma retrospectiva para a herança que nós recebemos em 2017, não me levem a mal desse lado, mas só porque temos que comparar coisas que foi, como disse o Eurico, 19 milhões de dívida umas dezenas de sacos de papel destroçado ali nas traseiras da Câmara, etc. A minha primeira pergunta Sr. Presidente é, tirando as polítiques a parte se foi uma boa herança ou não e se pretendem deixar uma igual ou ainda melhor? Aqui na introdução do orçamento mais uma vez um documento político, o executivo tinha a vida facilitada porque quando se ganha as eleições com um slogan a dizer menos betão, mais aposta nas pessoas em vez de andar aqui a fazer contorcionismo para desculpar porque é que as obras iam cair era dizer, não, nós ganhamos ali as eleições é uma decisão política, estas obras vão cair algumas vamos atrasar, vamos repensar acabamos de entrar e aí dou a desculpa e concordo plenamente este não é o vosso orçamento, vocês não tiveram tempo para fazer um orçamento, ninguém tinha e vão ter que fazer mais à frente uma ratificação ao orçamento e cá estaremos nós para julgar e já com decisões mais políticas mas é ser direto, é falar não é assim que nós queremos isto nós fomos eleitos, isto cai, sem tentar pôr desculpas e principalmente fazer aqui uma espécie de uma acusação de má



gestão orçamental num executivo que em oito anos reduziu nove milhões na dívida, pronto, é isso que não sei se querem dar a mão ao palmatório em relação a isto ou não mas acho que deveriam, em relação ao menos betão ou mais aposta nas pessoas, o Eurico já disse aqui eu perdi, perdi não, deixei em casa o papel onde tinha apontado mas ainda tenho algumas coisas na cabeça a parte recreativa, etc passa de 600 mil para 1 milhão, aumento de 67% se não me engano agora na parte de turismo e comércio aumento de 73%, ou seja realmente tiramos da parte do botão mas estamos a pôr na parte das festas, como já disseram aqui, e mais uma vez, o meu conselho, não sei vocês dizem que têm um plano que têm uma estratégia, que algumas decisões encontram estratégia. É vir aqui e dizer qual é o vosso plano que é o que nós queremos saber e se não voltamos, espero eu aos tempos antigos do pão e circo para toda a gente e o resto é empurrar com a barriga.”-----

**NUNO JOSÉ NUNES TRINDADE (PS)** - Que fez a seguinte intervenção: “As opções políticas e estratégicas são obviamente legítimas e para respeitar, eu neste caso até sou suspeito para falar porque eu gosto pouco de festas mas parece-me que Macedo é uma aldeia, uma aldeia grande, mas é uma aldeia e para as festas funcionarem também precisam das outras aldeias as pequenas à volta, parece-me que eu fui crítico recentemente com o executivo anterior porque na minha opinião se gastou demasiado com o São Pedro a mim faz-me uma confusão tremenda ter um pantomimeiro qualquer no palco atuar duas horas e levar 50 mil euros não consigo perceber o que é que isso deixa de retorno e vejo aqui ainda se fui crítico com o executivo anterior por esses gastos excessivos, é opinião pessoal só me vincula a mim apenas mas vejo essa verba ainda mais reforçada portanto eu tinha que vir aqui de alguma forma e também criticar isso porque essa verba que eu vejo reforçada às festas se tivesse que dividir por dez freguesias essas dez freguesias eram dez problemas que resolviam.-----

**EMANUEL DE JESUS PINTO NASCIMENTO (PS)** - Fez a seguinte intervenção: “O que me traz aqui também é a rubrica de orçamento que foi atribuída há minha freguesia, uma vez que são três aldeias e a rubrica que está contemplada para o orçamento municipal para o ano de 2026 é apenas um arruamento que está contemplado para 2027 até no valor de 40 mil euros, que foi já previsto pelo anterior executivo no plano de empréstimos gostaria de perceber se tem mais algo a acrescentar, se está previsto mais alguma obra para a minha aldeia, uma vez que a meu ver é muito insuficiente tendo em conta que eu apresentei um plano de prioridades e um documento e até à data não vi nada exposto ou vertido no orçamento



municipal e acho que era inteiramente proporcional ter pelo menos lá mais uma rubrica.” -----

**ISABEL MARIA FAUSTINO CARVALHO (PS)** - Fez a seguinte intervenção: “Quanto a este assunto dizer que tecnicamente está bem elaborado repito, tecnicamente está bem elaborado, não podendo deixar de elogiar o trabalho da colega Elisabete e claro está do meu Chefe Abílio que apesar de agora este Executivo ter criado uma nova carreira e os Chefes terem passado a Técnicos Superiores Responsáveis ele continua a ser para mim Chefe. Para além disso, dizer também que ainda que tivesse algum erro técnico seria ele que o diria e jamais o faria aqui para aproveitamento político. Quero também dar os parabéns ao Executivo por ter deixado uma palavra de apreço aos mesmos que passo a reproduzir. *“Neste particular uma palavra de apreço a todos os colaboradores do município pelo empenho diário que colocam ao serviço da comunidade sem esquecer o trabalho rigoroso dedicado e tecnicamente exigente da equipa que contribuiu para a elaboração do presente orçamento e demais documentos provisionais”*. -----

Posto isto, e fugindo um pouco ao meu papel de Deputada queria perguntar-lhe Sr. Presidente, qual o motivo de não ter envolvido todos os trabalhadores da Secção que trabalham todos os dias afincadamente e que ao longo destes anos todos têm trabalhado na elaboração do Orçamento? Gostaria ainda que me explicasse o porquê de me ter proibido de intervir em tudo o que estivesse relacionado com a elaboração do orçamento, e a pelo menos 3 funcionários da Secção de Contabilidade, entre elas 2 Técnicas Superiores de Contabilidade, sobrecarregando os 2 elementos a que atrás chama de equipa. -----

Reitero que estou sempre disponível e para terminar dizer só que fiquei curiosa e vou ficar mais ainda com o Sr. Presidente de Corujas para ver a sua intenção de voto uma vez que antigamente votava sempre contra por ter uma quantia de 1 euro no orçamento e agora tocou-lhe o mesmo.” -----

**RAMIRO BORGES VALADAR (PS)** - Fez a seguinte intervenção: “ dizer ao Sr. Presidente que acho que é de muito mau tom cada vez que alguém vem aqui a falar estarem nas bancadas zum, zum, zum, e são esses os Deputados que nunca vêm aqui intervir. Mas cada um faz o que entender, e a alguns fica-lhes tudo bem mas não há problema nenhum eu virei aqui às vezes que entender para defender a minha freguesia. Por isso tanto está que falem, que não falem, que deixem de falar falem a -----



03/12  
[Handwritten signature]

vontade, falem de mim, mas falem. Esse é o primeiro ponto. -----

Segundo ponto, Sr. Presidente quero fazer uma pergunta direta se me puder responder e se a Sra. Presidente autorizar nós como Presidente de Junta, neste caso eu e a Andreia não temos qualquer obrigação de limpar os parques da escola, certo? Verdade ou mentira? Não temos. É que anda por aí uma “anta” a escrever que eu tenho que limpar, eu não tenho que limpar nada eu limpo porque quero, eu limpo já desde o tempo do Presidente Duarte Moreno, ainda eu era secretário da Junta de Freguesia e limpava a Escola com muito gosto e vou continuar a limpar enquanto existir escola em Morais e não é só a escola mas o resto também, tudo o que for preciso fazer eu faço tanto dá que seja Presidente o Sérgio Borges como o Benjamim como o Duarte Moreno, vou fazê-lo. -----

Agora vamos até ao orçamento. Sr. Presidente, nessa mesma cábula que você tem que disse que não ia a Morais eu fui a falar consigo ao seu Gabinete e disse com estas palavras passaram as eleições e você disse-me assim a partir de agora não há partidos vamos trabalhar todos para o mesmo. É ou não é verdade o que você disse? Eu também tenho na minha cábula que é a cabeça. E eu disse assim, Sr. Presidente a sua equipa candidata em Morais já anda a divulgar que a Casa da Ceifa não vai ser feita, que vai cair. E o Sr. Presidente disse-me, não, aquilo que eu sei é que o concurso ficou vazio, mas vamos avaliar a Candidatura vai vir a Sónia Salomé para o nosso lado, mas não é a nossa intenção deixar cair a Candidatura. Mas pronto, é política e é aqui que está a politiquice mas não há qualquer problema. E agora vou falar até para o Sr. João Luís que falei muitas vezes ele para mim e eu para ele eu não quero saber o que vai para Corujas, o que vai para Ala o que vai para Bornes, etc, eu quero saber só o que vai para Morais, mais nada. -----

Reitero que a Casa da Ceifa cai simplesmente por politiquice isso, tanto é que eu fui ter consigo e avisei-o e você disse-me que não, mas afinal veio-se a comprovar-se porque é verdade, espero agora que façam o mesmo que fizeram em 2013, é que em 2013 veio uma verba do Baixo Sabor para se fazer a estrada de Lagoa até à Ponte e o Executivo na altura fez a Rua Principal de Castelões, certo? Agora não venham com essa história que fica em stand-by, que isso não fica nada isso são histórias para o Pai Natal, que agora estamos na época do Natal que faz assim mesmo, porque, tem ali uma Junta de Freguesia que tem a ver com o Baixo Sabor, que é Peredo. Invistam em Peredo e pelo menos não deixem perder o dinheiro, invistam em Peredo mas não vão investir nas Arcas nem lá para cima, se calhar para Vinhas porque aqui não tem nada a ver com o Baixo Sabor. Da outra vez investiram numa Rua Principal de Castelões que não tem nada a ver, agora neste momento invistam pelo menos em aldeias que



tenham a ver com o Baixo Sabor como é por exemplo Peredo e já nem vou falar em Lagoa, mas na verdade é que são 192 mil e 500 euros não os deixem perder, invistam-nos, já que não os querem investir em Morais. -----

Terceiro ponto, andam Presidentes de Junta nas Assembleias de Freguesia, quando estão a expor o orçamento deles a falar que esta Câmara não vai dar mais dinheiro às Juntas porque têm uma dívida muito grande com Morais e com Bornes isso é falso, não há dívida nenhuma, a Câmara não tem dívida nenhuma com a aldeia de Morais e se tiver, que venha aqui e diga qual é a dívida que têm mas houve Presidentes de Junta que foram para os seus orçamentos a dizer que não iam ter mais dinheiro porque a Câmara tinha que pagar as dívidas que têm com Morais isso é falso, não há qualquer dívida com a Freguesia de Morais. Outro ponto não precisamos de reuniões secretas com os Presidentes de Junta, pois devem ser esclarecidos aqui não é com reuniões secretas, em que até intervêm lá pessoas que nada têm a ver com o Executivo. Foi-nos retirado os 15% que foi aqui votado, e a maior parte de nós estávamos a contar com eles para fazer algumas obras, e foi-nos retirado. Estes 15% está-nos a ser retirado você votou a favor, foi aprovado em Assembleia e está-nos a ser retirado eu sei que agora vai dizer que o processo foi todo mal feito. Agora é tudo mal feito nós estávamos a contar com estes 15% e agora temos bola zero, mas eu continuo a limpar a escola mesmo tendo zero, mas não se preocupe com isso e repito, que algumas “antas” não sabem isso, mas eu continuo a limpar a escola. E agora, ainda lhe vou dizer mais, destes 15% o Sr. Presidente pode ir à ata em que um Deputado da sua bancada até disse aqui ao Presidente Benjamim que deveria ir a pagar os retroativos a 2018, e eu vou dizer quem foi, foi o Sr. Deputado Carlos Rodrigues, quando foi votado aqui e foi aceite, que eram os 15% e o Sr. Carlos Rodrigues veio aqui e disse ao Sr. Presidente.” -----

----- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu assim aos Srs. Deputados Municipais: “Em relação ao Deputado Eurico se não há dinheiro e vê-se pela revisão em baixa do orçamento em 8 milhões, há compromissos assumidos, e tem de se dar a continuidade aos compromissos, tem de se procurar financiamento, mas falou aí nas freguesias vou falar nas freguesias vou falar da transferência de competência para as freguesias, depois vou responder a todos e assim já respondo aos meus colegas, antes de mais passo para o Presidente Ramiro Valadar aqui não há reuniões secretas, é tudo à vista de todos e tudo a ouvir as opiniões de todos. Em relação à transferência de competências para as freguesias não haverá legalmente base para transferir



qualquer dinheiro para as freguesias porque o processo foi mal instruído, isto por diversas razões de ordem legal e desde logo passo a explicar os números 5 e 6 do art.º 6 do decreto-lei 57-2019 dizem o seguinte e eu passo a citar *“As liberações autorizadas das transferências de recursos são obrigatoriamente comunicadas pelo município à Direcção-Geral das autarquias locais até 30 de junho do ano anterior ao início do exercício da competência pela freguesia para efeitos de inscrição no orçamento do Estado do ano seguinte para efeitos de inscrição nos orçamentos do Estado dos anos subsequentes o município comunica à DGAL que é assim que funciona até 30 de junho de cada ano As liberações referidas no número anterior se ocorrerem alterações às inicialmente comunicadas”*. Ora, por comunicação da DGAL para o Sr. Presidente da Câmara de 5 de junho foi informado o município do fim do prazo a 30 de junho, com instruções de preenchimento do formulário para a efetivação desta transferência das competências para as freguesias, portanto, obrigatoriamente até dia 30 de junho de 2025, a Câmara Municipal tinha de juntar a certidão da ata da Assembleia Municipal e das Assembleias de Freguesia a aceitar a transferência de competências, e dos montantes correspondentes para efeitos de inscrição das verbas a transferir para as freguesias, no Orçamento do Estado O Orçamento Nacional no dia 27 de junho de 2025, pelas 15 horas é submetida na plataforma da DGAL uma certidão da ata da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2019 sim, 30 de setembro de 2019 nos termos da qual sobre a proposta do então Sr. Vice-Presidente Rui Vilarinho, se aprovaram os acordos de execução com as freguesias do concelho e se propõe transferir 24% do Fundo de Financiamento das Freguesias, ora bem, foi esta a ata que foi junta agora em 2025, mais concretamente no dia 27 de junho, portanto, 3 dias antes do término do prazo, não foram juntas as atas da Assembleia das Freguesias ou das Uniões de Freguesias porque a data não existia, porque só em 3 de setembro e os que estão aqui e foram presidente de junta comigo no ano anterior devem lembrar, porque só em 3 de setembro de 2025 é que o Sr. Presidente da Câmara reuniu com os Presidentes das Juntas e pediu que entregassem as atas do Executivo Das Assembleias de Freguesia até ao dia 12, o máximo até ao dia 18 data em que muito já tinha sido ultrapassado O prazo de entrega, o tal 30 de junho e agora faço aqui um à parte não sei se recordam que foi feita esta reunião no Auditório do Mercado esta não foi secreta, estavam lá todos não sei se recordam então deve ter sido o único que faltou que nos foi pedido celeridade para este processo, ora bem, a 7 de agosto de 2025 a DGAL notifica de novo O Presidente da Câmara Municipal e no assunto de expressamente Decreto-Lei 57-2019 *“Transferências de Competências dos municípios para os órgãos das freguesias, traço 2026 dados incorretos”*. Informando no campo



onde dizia autos assinados, não validado, valores anuais não validado e o preenchimento das alíneas ou totais também não validado, qual é que foi exatamente então o problema? Os autos que deviam ter sido entregues Até 30 de junho, juntamente com as deliberações em ata das Assembleias de Freguesia que não existiam a 7 de agosto, daí a não validação de dados por parte da DGAL, mais que a quando da preparação do Orçamento Municipal verificou-se que a deliberação da Assembleia Municipal previa a transferência dos tais 24% do FEF, das freguesias e a minuta, as tais minutas que todos nós assinamos dos autos, previa apenas 15%, entrou-se em contacto com a DGAL que informou que não aceita documentos fora do prazo e portanto que tudo teria de ter sido entregue até dia 30 de junho, que não aconteceu que não aceita também meras minutas, mas sim que tinham de ser autos assinados e, por fim, as deliberações da Assembleia de Freguesia e da Assembleia Municipal também a 30 de junho, com os mesmos valores, ou seja, uns tinham 24 e outros tinham 15, não eram valores diferentes. Conclusão, por falta de apresentação dos documentos obrigatórios dentro do prazo não foi inscrito no Orçamento do Estado o montante que era para transferir para as freguesias, o Município tem de reiniciar o processo todo, outra vez, juntar a deliberação da Assembleia Municipal das Assembleias de Freguesia os autos assinados e não meras minutas e os valores serem obviamente coincidentes eu, a primeira coisa que fiz quando tomei posse, foi reunir com todos os presidentes junta E o que é que eu vos disse em relação a transferências que eu estava, tal como vocês convencido de que realmente este processo estaria correto Infelizmente não está correto eu sei que muitos de vocês o colocaram provavelmente no vosso orçamento, mas tal como este orçamento que estamos aqui a discutir e eu que já disse várias vezes que não é o nosso orçamento, obviamente mas é transitório, é aquele que não é o nosso orçamento ainda persi, por isso espero que em relação a transferência de competências estejam explicadas não sei. Em relação à deputada Daniela, falou aqui das candidaturas nomeadamente do Azibo, e eu volto a repetir a parte para o Azibo temos 22 candidaturas das quais 9 estão em análise, temos o Polo Arqueológico das Terras de Trás-os-Montes, temos a salvaguarda e valorização do património cultural e material do Carnaval de Podence, temos aqui o Fundo Ambiental Do Protocolo de Colaboração Técnico-Financeiro Do Roteiro das Terras de Miranda, e temos aqui a Conservação da Natureza e a Biodiversidade Património Natural, em fase de pedido de elementos a tal Bolsa Verde de estacionamento e a reavaliação desta candidatura junto da entidade gestora porque os terrenos, como eu disse há bocado, e bem, a implantar os terrenos a



implantar a Bolsa Verde de Estacionamento ainda não são da propriedade da Câmara, e o prazo previsto para o fim desta candidatura, como eu disse, é em Julho Mais propriamente dia 31 de julho, portanto, meio ano e sem terrenos sequer vai ser difícil, ainda para o Azibo e agora recordo aqui e volto ali outra vez peço desculpa Miro e permita-me que chame de Miro com todo o respeito em relação ao Fundo do Baixo Sabor A Casa da Ceife e da Malha de Morais, a ideia e aquilo que eu já disse aqui é renegociar algumas candidaturas e esta é uma que não são prioridades e o que é que eu entendo por prioridades? Saneamento, obras que realmente sejam de necessidade básica, eu nunca disse aqui que esta candidatura da Casa da Ceifa caia, mas nunca disse aqui que o investimento e é aquilo que nós estamos a tentar renegociar, uma candidatura e o investimento não fosse para Morais, ou disse? Em relação, já que estou a falar com o deputado Ramiro as escolas são de quem? São do município ou foram cedidas à freguesia? São do município então tem toda a razão e eu agradeço em nome do município que tenham limpo as escolas, voltando então à Daniela, só dizer aqui que as candidaturas seguem, são 22 candidaturas, mas nove que estão em fase de avaliação e renegociação o deputado Mico a água está numa candidatura a decorrer com intervenção em Podence, Morais, Lombo, na rua Camilo Castelo Branco, a rua da Juventude, está em fase de projeto outra candidatura para Pinhovelo, Cernadela, que entrará na próxima modificação. Em relação ao deputado Víctor Santos cumprimentá-lo antes de mais que é um gosto que partilhamos aqui a sua presença, a sua freguesia à semelhança das outras sofrem de constrangimentos também com a não transferência de competências. Passando ao deputado Luís Vaz foi a herança que foi, e quando falo em herança do passado aproveito para informar que até ao momento também temos heranças de 200 mil euros de dívida não cabimentada e eu passo a explicar esta da dívida não cabimentada, nos mesmo os meus apontamentos, com muita surpresa nossa porque de facto na reunião que nós tivemos com o antigo executivo na chamada e permito uma expressão passagem das pastas como se costuma dizer, foi com muita surpresa nossa porque de facto na reunião que antecedeu a tomada de posse com o anterior executivo, foram pedidos vários elementos e na dita reunião foi perguntado se havia alguma dívida pendente, por várias vezes, aliás, quatro vezes que eu coloquei a questão ao qual não é o meu espanto do executivo quando a chefe da divisão de gestão e planeamento aborda o assunto e da necessidade de regularizar a situação com dois empreiteiros, ou seja, na reunião foi-nos dito que não havia dívidas não cabimentadas mas a chefe da divisão de gestão e planeamento, aborda o assunto e da necessidade de regularizar a situação com dois empreiteiros aprofundando o assunto e depois de falar com os



mesmos concluímos que foram realizadas obras por estes dois empreiteiros num montante de 205 mil euros, sem qualquer tipo de procedimento legal, falo de obras feitas no Azibo, desterro para a colocação de bancadas, colocação de rede no campo de ténis, depósito de água do carrascal, ligação do saneamento do prado de cavaleiros ao Ginço, obra da água de vale de prados, a obra na charca para o regadio, factos quais tiraremos as dívidas e lações e o aproveitamento da responsabilidade quer da política, quer financeira, avançando aqui para o Luís Vaz quando fala aqui da parte do São Pedro o dinheiro que está previsto na rubrica para a Feira de São Pedro é uma mera previsão, aliás, todas são uma mera previsão e não quer dizer que se gaste na sua totalidade em todo o caso é um valor inferior repito, inferior ao gasto neste ano de 2025, mas mais vale um valor claramente inscrito no orçamento gaste-se todo o dinheiro, ou não se gaste, quer as despesas fragmentadas e pouco visíveis este valor permite planear com rigor e evitar improvisações e derrapagens por isso, quanto à Feira de São Pedro e às tais festas depois de feitas as contratações e processamentos, apura-se o custo total, e aí sim podem criticar com mais propriedade se é muito ou se é pouco, não esquecendo nunca que a Feira de São Pedro é uma despesa com retorno direto e mesmo indireto para todo o nosso concelho. Em relação ao deputado Emanuel o orçamento de 2026 é um orçamento, como eu disse várias vezes aqui é um orçamento de transição, é um orçamento temporário, e é assumido por nós sem rodeios e sim, não reflete as prioridades estratégicas sufragadas pelos macedenses nas eleições e é um orçamento fortemente condicionado pelas escolhas políticas do anterior executivo e que, aos poucos e à medida da sua evolução, vai ser objeto de revisão no sentido de o adaptar e reorientar de acordo com o novo ciclo eleitoral ainda assim, já há pequenos sinais de mudança resultado da própria reorientação da estrutura orgânica com a criação da divisão da agricultura que mal esteja operacional começará a trabalhar com força no apoio aos agricultores, isto para ir de encontro peço desculpa que eu perdi a máquina nos meus apontamentos quem falou dos caminhos rurais esta divisão também vai ter um papel preponderante nessa ligação, nessa ponte com os presidentes de junta e também nessa questão dos caminhos rurais, não sei se ficou alguma coisa por dizer. Em relação à deputada Isabel falou aqui e agradeceu, e eu agradeço em nome do executivo, não foi escrito por ser foi mesmo o sentido a questão aqui da elaboração do orçamento que nunca foi referida ou tida, isto tem a ver com o seu chefe que nunca pediu ajuda, se pedisse ajuda obviamente que nós não iríamos dizer que não, e lembrar só uma questão, lembrar a deputada Isabel que aqui não é funcionária, mas sim deputada isto com todo



Handwritten signature and initials in the top right corner.

o respeito obviamente. -----  
----- **O Sr. Vereador Benjamim Rodrigues** pede defesa da honra, ao qual a **Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia Municipal** responde: “ A defesa da honra é considerada se foram preferidas pressões ofensivas à sua honra ou consideração durante esta sessão, Sr. Vereador não me leva a mal mas perante estas circunstâncias se formos a considerar e a contabilizar todas as situações políticas da altura em que o senhor era presidente havia muita gente a pedir a defesa da honra e não o fez é que aqui nesta altura o seu nome não foi sequer mencionado Sr. Vereador, o senhor na altura era político e quem é político, tem que se manifestar pela política e nós neste momento estamos em oposição, nós quando éramos oposição, também defendíamos a honra compulsivamente, Sr. Vereador não houve considerações assim tão graves foi um debate político, salutar como vocês os fizeram há tempos, foi um debate em que houve crítica produtiva, construtiva, e nós não nos podemos molestar com o que foi e o que deixou de ser, porque cada um tem a sua opinião eu sei que está previsto em regimentos, mas considera que foram preferidas pressões é que eu não lhe posso dar o palco porque o Sr. já não é Presidente da Câmara o Sr. é Vereador sem pelouro, por isso o senhor para fazer política faça política nas reuniões de Câmara, e se quiser aqui, como os outros também estão há bocadinho eu dei a palavra à vereadora Susana, porque o nome dela foi mencionado não, o senhor não foi como presidente, como arauto político não, o presidente anterior era o Manuel Duarte Fernandes Moreno que foi aqui crucificado por vocês. Dou-lhe dois minutos Sr. Vereador, para a defesa da honra.” -----

-----  
**O Sr. Vereador Benjamim Rodrigues** disse: “Eu agradeço este momento a bem da democracia, obviamente, se eu não terei mais oportunidade de defender a honra muito bem, fá-lo-ei, como a Sra. Presidente diz e muito bem nas reuniões de Câmara mas, de facto, hoje ouvi muitas barbaridades, e eu mereço defender a honra isto não é a melhor maneira de começar, podemos ter empolgação, sim mas não vale tudo em política pois afinal, caros amigos isto é um orçamento transitório nada do que aqui se diz, esta opção estratégica esta opção estratégica e as insinuações sobre o ter posto em risco a gestão do município no futuro próximo nomeadamente que conduzimos mal as candidaturas, de forma irresponsável não, isto foi dito aqui várias vezes eu tenho aqui escrito quantas vezes foram depois que não acautelámos, isto está a pôr em cheque olha, eu quero que eu lhe diga uma coisa ainda mais grave Foi dito aqui e que a própria deputada Isabel abordou aqui a questão do júri, as insinuações que foram feitas estão escritas, é que nem se coibiram de escrever levantam suspeitas ao júri em



que as pessoas não seriam imparciais, isto está a pôr em causa a minha pessoa, porque fui eu que escolhi o júri.” -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal** interrompeu dizendo “ Sr. Vereador neste momento, como qualquer outro tem que se sujeitar ao crivo político Neste momento o Sr. não está a defender a honra Você está a defender uma coisa que você fez, está a fazer tudo menos a defender a sua honra.” -----

**O Sr. Vereador Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues** respondeu “ foram aqui feitas insinuações mas garanto-vos que estão a pôr em risco a execução de muitas obras que são fundamentais para o concelho, eu herdei uma dívida brutal, já que foi dito hoje de 18 milhões, transformámo-la em 8 milhões, mas nunca deixei de fazer obra eu nunca deixei de fazer obra, o povo tem que saber isto porque é um risco, as obras podem não ser feitas, são uma opção, não vamos andar aqui, como disse muito bem, fazer política disso. Agora eu estava aqui a defender a minha honra mas vou ficar por aqui porque não vale a pena mas eu, tinha aqui muito para dizer e fá-lo-ei nas reuniões de Câmara. Mas deixo aqui uma nota, eu penso que a Chefe da Divisão de Gestão e Planeamento tem que vir aqui e explicar aquilo que o Sr. Presidente da Câmara parece que não sabe.” -----

**RAMIRO BORGES VALADAR (PS)** - Fez a seguinte intervenção: “Primeiro lugar, Sr. Presidente Sérgio Borges, que é o meu Presidente agora eu quando falei aqui em reuniões secretas, os Presidentes de Junta não precisam ter uma reunião antes do orçamento para vir depois porque eu sei como é que isto funciona, Sr. Presidente Eu já tenho alguma estaleca é que alguns Presidentes agora viessem aqui a dizer O Sr. Presidente, eu ouvi isto e sei o que você ia dizer nós já falamos isto na reunião lá em cima no mercado o Sr. Presidente, nós sabemos como é que isto funciona reunião secreta era isso que eu queria dizer. Depois, eu não disse aqui que foi o Sr. Presidente que disse que não ia gastar o dinheiro em Morais, fui eu que sugeri para gastar em Peredo fui eu que sugeri, qual é o problema? Gastar em Peredo, não há problema nenhum, da outra vez gastou-se em Castelões, agora gasta-se em Peredo. Porque em Morais não vai ser gasto, gasta-se Predo, que fique bem claro, e também quero-lhe agradecer falou aqui que encontrou 205 mil euros de obras foi isso que disse, desculpe Mas não há nenhuma de morais não encontrou nenhuma, mas se encontrar, quero que venha aqui e diga qual é porque há Presidentes Juntas da sua bancada que nos orçamentos diziam que não davam dinheiro, porque havia dívida em



morais e garanto-lhe já que não vai encontrar nenhuma, sabe porquê? Porque o dinheiro é transferido para a Junta para eu fazer as obras não era a Câmara que as fazia, por isso esses Presidentes que falaram nos orçamentos tenham atenção, quando não sabem não falam, mas falem das vossas freguesias, não falem das outras falem das vossas freguesias, deixem as outras em paz deixem as outras em paz.” -----

----- **O Sr. presidente da Câmara Municipal** disse: “Antes de mais, nunca foi o meu apanágio, mesmo em termos de educação, a minha educação não me permite estar a denegrir ninguém, e eu torno a citar outra vez o Sr. António e aproveito também o Luís nunca foi com o intuito de denegrir ninguém, nem atingir ninguém, por isso quando o Vereador se sente atingido obviamente que estamos a falar de política de opções políticas que uns discordam, outros não discordam quando bem com a defesa da honra, permita-me, mas eu não lhe falei a sua honra, se foi o seu entender que fique bem claro que não foi essa a minha intenção. Em relação ao deputado Ramiro também foi convocado, ou foi contactado para aquela reunião, a reunião nunca foi secreta e não foi uma reunião, simplesmente uma sessão de esclarecimento chamemos-lhe assim, onde falou quem quis disse-se o que quiseram sobre a parte das freguesias, porque eu como ex-autarca da freguesia sei, já estive desse lado ainda por cima não era da mesma cor política, e sei o que é e também sei o que é chegar aí pela primeira vez e estão muitos presentes juntas que estão aqui pela primeira vez, obviamente que senti-me na obrigação de explicar a questão do orçamento e torno e reitero e sublinho que este orçamento é transitório e temporário, e que será ratificado em abril, e não reflete de todo o 100% as opções deste executivo.--

-----  
**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, nos termos da alínea a) e o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, na sua redação atual, por maioria, com trinta e sete (37) votos a favor, um voto (1) contra do Deputado Municipal Ramiro Valadar e 22 abstenções, dos Deputados Municipais: Celina Martins, Sandra Matos, Eurico Afonso, Elisabete Choupina, Conceição Xavier, Manuel Mico, Miguel Pires Cabral, Rui Vilarinho, Orlando Asseiro, João Alves, António Falcão, Nuno Trindade, Cláudia Peludo, Júlio Quintela, Alfredo Preto, Emanuel Nascimento, Jorge Pinto, Miguel Caseiro, Isabel Carvalho, José Mascarenhas, Luís Vaz e Carlos Martins, aprovar o Documento das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano 2026. -----**



**LUÍS MIGUEL PIRES CABRAL (PS)** - Fez a seguinte declaração de voto: “Estou a sentir a sala um pouco nervosa e acho que não há necessidade disso, vocês ganharam as eleições, são executivo, não há ironia nas minhas palavras nós fizemos uma reunião preparatória para avaliação do orçamentos, e decretamos nessa reunião abster-nos porque parte do documento tinha algumas matrizes ainda do nosso tempo, mas faça o tom do Sr. Presidente que eu acho que não há necessidade de estarmos aqui exacerbar, terá a sua argumentação, tem o seu direito de a fazer ninguém contesta isso, eu acho que nós devemos pensar mais pela nossa terra, termos um discurso um pouco mais abrangente e não entrarmos aqui a matar, verifiquei que aqui em alguma circunstância, o tom foi nesse sentido, resumindo e concluindo, para terminar tínhamos decretado a abstenção sintam-se à vontade da nossa bancada de poder reprovar o orçamento, se assim entenderem.” -----

**ISABEL MARIA FAUSTINO CARVALHO (PS)** - Fez a seguinte declaração de voto: “Eu absteve-me sobre este ponto porque tecnicamente não tenho nada a apontar e não preciso de estar na elaboração, para saber ler os documentos e mais, Sr. Presidente e peço-lhe desculpa desde já, podia ter arranjado uma desculpa pior ou quer dizer, melhor porque eu não acredito que tinha sido o meu chefe que não me pediu ajuda.” --

**ANTÓNIO BENEDITO FALCÃO LOPES (PS)** - Fez a seguinte declaração de voto: “Conforme foi falado na reunião para Vale Benfeito e bem feito não houve qualquer verba destinada, é evidente que eu percebi perfeitamente a justificação que foi dada, e claro, só por isso é que eu não votei contra o orçamento, tinha todas as razões uma vez que não fomos contemplados com qualquer verba, teria todas as razões no meu entender, mesmo assim, portanto, eu acho que não votei contra essencialmente por dois motivos primeiro, eu quero acreditar no trabalho e capacidade deste executivo portanto, eu penso que no orçamento retificativo nós devemos sermos contemplados, eu muito agradecerei por isso depois, também porque eu acho que a não aprovação deste orçamento poderia criar uma paralisia administrativa por impedimento de investimentos, despesas planeadas e atrasos em serviços essenciais o que em nada beneficiaria a autarquia no seu todo, nesta senda eu queria que no próximo orçamento retificativo tendo como base essencialmente um dos princípios básicos da constituição, que é o princípio da equidade, portanto, de maneira a que sejam ajustados os desequilíbrios para que todos tenham acesso às mesmas



oportunidades.-----

-----  
**RAMIRO BORGES VALADAR (PS)** - Fez a seguinte declaração de voto: “Eu votei contra é normal, porque cumpri com aquilo que sempre disse nesta casa, para mim não há o voto da abstenção é contra ou a favor sempre disse isso e vou manter quando for daqui a uns tempos se o Sr. Presidente achar que deve contemplar a minha freguesia cá estarei para votar a favor. Por isso, voto a contra.” -----

-----  
**JORGE LUÍS PINTO (PS)** - Fez a seguinte declaração de voto: “Eu queria só que ficasse registado que decidi abster-me, porque tal como o Sr. Presidente disse a nível da transferência de competências não veio nada para as freguesias, mas a freguesia de Sezulfe também não tem nenhuma rúbrica contemplada, ou seja, para o que for mas espero que realmente esse retificativo seja benéfico e cá estaremos para julgar nessa altura.”-----

-----  
**EMANUEL DE JESUS PINTO NASCIMENTO (PS)** - Fez a seguinte declaração de voto: “Votei pela abstenção na proposta de orçamento municipal para o ano 2026, por entender que apesar de contemplar medidas importantes para o concelho, o mesmo não responde de forma adequada às necessidades da freguesia de Salselas, uma vez que contempla 3 aldeias, a verba atribuída revela-se manifestamente insuficiente para dar resposta aos problemas identificados, às prioridades anteriormente apresentadas em reunião realizada com o Secretário do Sr. Presidente, esta posição pretende sinalizar a necessidade de uma maior equidade na distribuição dos recursos municipais mantendo no entanto um sentido de responsabilidade institucional e claramente abertura ao diálogo.” -----

-----  
**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** disse: “Só dizer que se fez democracia, e é esse o objetivo, eu serei Presidente e este Executivo, será Executivo daqueles que votaram contra, daqueles que votaram a favor, daqueles que se abstiveram, e queria só sublinhar que este orçamento é transitório, logo temporário, e na primeira retificação de abril, vamos ser postos à prova e esperemos repor aquilo que realmente todas as freguesias merecem.” -----

**Eram dezanove horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, foi pela excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarada**



encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou presente ata, que vai ser assinada pelos excelentíssimos Presidente, Primeiro e Segundo Secretários.

Maria José Helena Sousa Nunes  
Edgar Manuel Rodrigues Figueira  
Hágenide Ros Fortune Paes Pinheiro

---